



# DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
João Cerveira Corregedor da Fonseca  
José Ernesto Figueira dos Reis  
Maria Luísa Lourenço Ferreira

## S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da ratificação n.º 2/VII e do projecto de deliberação n.º 3/VII.

Concluiu-se o debate do Programa do XIII Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Qualificação e o Emprego (Maria João Rodrigues), os Srs. Deputados Helena Santo (CDS-PP), Joel Hasse Ferreira (PS), Lino de Carvalho

(PCP), Elisa Damão (PS), Falcão e Cunha (PSD), Maria Celeste Correia (PS), Isabel Castro (Os Verdes) e Carlos Zorrinho (PS).

Após as intervenções finais dos Srs. Deputados Heloísa Apolónia (Os Verdes), Carlos Carvalhas (PCP), Manuel Monteiro (CDS-PP), Mota Amaral (PSD) e Jorge Lacão (PS), o Sr. Primeiro-Ministro (António Guterres) encerrou o debate.

O Sr. Presidente deu por finda a sessão eram 13 horas e 5 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Acácio Manuel de Frias Barreiros.  
Agostinho Marques Moleiro.  
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.  
Alberto de Sousa Martins.  
Albino Gonçalves da Costa.  
Antero Gaspar de Paiva Vieira.  
António Alves Marques Júnior.  
António Alves Martinho.  
António Bento da Silva Galamba.  
António de Almeida Santos.  
António Fernandes da Silva Braga.  
António Jorge Mammerickx da Trindade.  
António José Borrani Crisóstomo Teixeira.  
António Manuel Carmo Saleiro.  
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.  
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.  
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.  
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.  
Carlos Alberto Dias dos Santos.  
Carlos Justino Luís Cordeiro.  
Carlos Manuel Amândio.  
Carlos Manuel Luís.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Elisa Maria Ramos Damião.  
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.  
Fernando Alberto Pereira de Sousa.  
Fernando Alberto Pereira Marques.  
Fernando Antão de Oliveira Ramos.  
Fernando Garcia dos Santos.  
Fernando Manuel de Jesus.  
Fernando Pereira Serrasqueiro.  
Francisco Fernando Osório Gomes.  
Francisco José Pereira de Assis Miranda.  
Francisco José Pinto Camilo.  
Francisco Manuel Pepino Fonenga.  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.  
João Rui Gaspar de Almeida.  
Joaquim Américo Fialho Anastácio.  
Joaquim Moreira Raposo.  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.  
Joel Maria da Silva Ferro.  
Jorge Lacão Costa.  
Jorge Manuel Damas Martins Rato.  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.  
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.  
José Alberto Cardoso Marques.  
José António Ribeiro Mendes.  
José Carlos Correia Mota de Andrade.  
José Carlos da Cruz Lavrador.  
José Carlos das Dores Zorrinho.  
José da Conceição Saraiva.  
José de Matos Leitão.  
José Domingos de Ascensão Cabeças.  
José Ernesto Figueira dos Reis.  
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.

José Manuel de Medeiros Ferreira.  
José Manuel Oliveira de Sousa Peixoto.  
José Manuel Santos de Magalhães.  
José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão.  
José Pinto Simões.  
José Sampaio Lopes.  
José Tomas Vasques.  
Julio da Piedade Nunes Henriques.  
Julio Manuel de Castro Lopes Faria.  
Laurentino José Monteiro Castro Dias.  
Leonor Coutinho Pereira dos Santos.  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.  
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.  
Manuel Francisco dos Santos Valente.  
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.  
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.  
Manuel Porfírio Vargas.  
Maria Amélia Macedo Antunes.  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.  
Maria da Luz Beja Ferreira Rosinha.  
Maria do Carmo Sacadura dos Santos.  
Maria do Rosario Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.  
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.  
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.  
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.  
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.  
Mario Manuel Videira Lopes.  
Martim Afonso Pacheco Gracias.  
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.  
Osvaldo Alberto Rosario Sarmento e Castro.  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.  
Paulo Jorge dos Santos Neves.  
Pedro Luís da Rocha Baptista.  
Raimundo Pedro Narciso.  
Raúl d'Assunção Pimenta Rego.  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.  
Rui Manuel Palácio Carreteiro.  
Sergio Paulo Mendes de Sousa Pinto.  
Silvino Manuel Gomes Sequeira.  
Victor Brito de Moura.

**Partido Social-Democrata (PSD):**

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.  
Alvaro dos Santos Amaro.  
Alvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.  
Antonino da Silva Antunes.  
António Costa Rodrigues.  
António de Carvalho Martins.  
António dos Santos Aguiar Gouveia.  
António dos Santos Pires Afonso.  
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.  
António Joaquim Correia Vairinhos.  
António Jorge de Figueiredo Lopes.  
António Moreira Barbosa de Melo.  
António Roleira Marinho.  
Arménio dos Santos.  
Artur Ryder Torres Pereira.  
Bernardino Manuel de Vasconcelos.  
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.  
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.  
Carlos Manuel Marta Gonçalves.

Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.  
 Duarte Rogerio Matos Ventura Pacheco.  
 Eduardo Eugenio Castro de Azevedo Soares.  
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.  
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.  
 Fernando Santos Pereira.  
 Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.  
 Hugo José Teixeira Velosa.  
 João Bosco Soares Mota Amaral.  
 João Calvão da Silva.  
 João do Lago de Vasconcelos Mota.  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.  
 Joaquim Fernando Nogueira.  
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral.  
 Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva.  
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.  
 José Alvaro Machado Pacheco Pereira.  
 José Augusto Santos da Silva Marques.  
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.  
 José Fortunato Freitas Costa Leite.  
 José Julio Carvalho Ribeiro.  
 José Luís Campos Vieira de Castro.  
 José Macário Custódio Correia.  
 José Manuel Durão Barroso.  
 José Maria Lopes Silvano.  
 José Mario de Lemos Damião.  
 José Mendes Bota.  
 Lucília Maria Samoreno Ferrá.  
 Luís Fernando de Mira Amaral.  
 Luís Filipe Menezes Lopes.  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.  
 Manuel Acácio Martins Roque.  
 Manuel Alves de Oliveira.  
 Manuel Castro de Almeida.  
 Manuel Filipe Correia de Jesus.  
 Manuel Joaquim Barata Frexes.  
 Maria do Céu Baptista Ramos.  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo.  
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.  
 Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.  
 Pedro Manuel Cruz Roseta.  
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.  
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.  
 Rui Fernando da Silva Rio.  
 Sergio André da Costa Vieira.  
 Vasco Pulido Valente.

Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):

Alda Maria Antunes Vieira.  
 António Afonso de Pinto Galvão Lucas.  
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.  
 Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.  
 Jorge Alexandre Silva Ferreira.  
 Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró.

Manuel Fernando da Silva Monteiro.  
 Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.  
 Maria Helena Pereira Nogueira Santo.  
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.  
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.  
 Nuno Kruz Abecasis.  
 Paulo Sacadura Cabral Portas.  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.  
 António João Rodeia Machado.  
 Bernardino José Torrão Soares.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 João António Gonçalves do Amaral.  
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.  
 José Fernando Araújo Calçada.  
 Lino António Marques de Carvalho.  
 Luís Manuel da Silva Viana de Sá.  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita.  
 Maria Odete dos Santos.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Ruben Luís Tristão Carvalho e Silva.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, a ratificação n.º 2/VII, relativa ao Decreto-Lei n.º 231/95, de 12 de Setembro, que altera o Decreto-Lei n.º 337/90, de 30 de Outubro (Aprova a Lei Orgânica do Banco de Portugal) (PS) e o projecto de deliberação n.º 3/VII — Constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento da situação em Timor Leste (PCP).

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Santo.

A Sr.ª Helena Santo (CDS-PP): — Ex.º Sr. Presidente, Ex.º Sr. Primeiro-Ministro, Ex.º Srs. Membros do Governo, Ex.º Srs. Deputados: Nesta minha primeira intervenção, quero apresentar os meus cumprimentos a V. Ex.º, Sr. Presidente, ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Srs. Deputados e dizer que espero, sinceramente, que todos possamos contribuir para o engrandecimento do nosso país. Por isso, desejo ao Governo êxito na sua governação.

Ao ler o Programa que nos foi apresentado para o sector da agricultura e pescas, não pude deixar de ficar apreensiva. Esperava a definição de uma política agrícola estruturada, concreta e objectiva, que estabelecesse prioridades, metas e opções, porque, segundo julgo saber, é essa a política que os nossos agricultores reivindicam; todavia, o Programa que nos foi apresentado é um elenco de objectivos e princípios, alguns dos quais há muito difundidos pelo Partido Popular, mas de onde não se infere um compromisso sério por parte do Governo de como e quando atingi-los nem se define com clareza qual a importância da agricultura na economia nacional.

Dou um exemplo: numa questão tão fundamental para a agricultura como é a da água, seguramente o problema número um dos finais deste século e inícios do século XXI,

VV. Ex.<sup>as</sup> limitam-se a definir como objectivo integrador da política agrícola «racionalizar o aproveitamento e a gestão dos recursos hídricos». Muito bem, mas isso qualquer português pode dizer. A questão é a de saber quando, como e quais são, nesta matéria, as prioridades. Por exemplo: a regularização do Tejo, sim ou não? Qual a vossa posição face ao Plano Hidrológico Espanhol? São estas opções e metas que a nossa agricultura precisa com vista ao seu desenvolvimento.

É necessário centrar a agricultura portuguesa como uma opção essencial da nossa economia. Ora, do vosso Programa parece resultar que a definição dos objectivos e princípios propostos nasce de uma necessidade de dar resposta àqueles que teimam em permanecer num mundo rural. Este é, em minha opinião, um mau princípio!

Para o Partido Popular a terra e o trabalho da terra é também uma questão ideológica. Não concebemos Portugal sem agricultura, por isso definimos a aposta neste sector com uma estratégia nacional. Assim, para nós é essencial uma política que aposte nos nossos produtos decisivos.

Todos os países têm produtos que são a sua marca em todo o mundo. Para o Partido Popular, por exemplo, há que apostar seriamente na floresta, no vinho e na cortiça. E é a partir desta estratégia de definição da nossa imagem de marca, da opção daquilo que devemos produzir, porque produzimos bem, que temos de orientar as opções dos nossos agricultores, bem como fomentar o seu associativismo, de modo a possibilitar um crescimento equilibrado e sustentado do mundo rural, que combata, por um lado, a desertificação mas que, por outro, torne a nossa agricultura cada vez mais competitiva.

É esta estratégia agrícola nacional que não vejo, sinceramente, resultar do Programa apresentado, que assenta fundamentalmente em objectivos e princípios não concretamente definidos quanto à forma e ao modo da sua realização, quando é certo que tem sido precisamente esta falta de estratégia agrícola que tem ajudado a depauperar a nossa agricultura com a política do «planta e subsídia hoje para arrancar amanhã».

Numa perspectiva crítica e construtiva, sublinho ainda alguns aspectos do Programa apresentado que importa analisar.

Quanto à Política Agrícola Comum, resulta do Programa a orientação da política agrícola nacional do PS, subordinada aos princípios definidos na PAC. Por outro lado, fica no ar a ideia da possibilidade de propostas de revisão da PAC. Isto é, em nosso entender, tentar conciliar o inconciliável! Nesta matéria, temos de ser claros. Para o Partido Popular é urgente e imperiosa a revisão da Política Agrícola Comum, que passa pela recuperação dos períodos e regimes de transição irresponsavelmente «vendidos».

Outra questão essencial para o Partido Popular é a fiscalização rigorosa dos produtos que diariamente entram nas nossas fronteiras, à semelhança do controlo que é feito aos nossos produtos. Todos sabemos que diariamente entram em Portugal produtos vindos de países comunitários, e não só, que não são sujeitos a qualquer tipo de fiscalização, que muitas vezes não cumprem regras mínimas de qualidade, portanto de preço inferior aos nossos, sendo, posteriormente, vendidos, quer para o mercado externo quer para o mercado interno, como produtos portugueses, levando a uma política de concorrência desleal, mas também denegrindo a nossa imagem de marca. Todavia, nem uma palavra no Programa nos foi dita sobre esta matéria.

Assim, muito gostaria de formular ao Sr. Ministro da Agricultura a seguinte pergunta: está ou não disposto a

elaborar e a fiscalizar rigorosamente o cumprimento de normas e regulamentos sobre as características dos produtos que entram diariamente nas nossas fronteiras vindos de outros países? Como o Sr. Ministro ainda não interveio, dirijo esta pergunta ao Governo, com a certeza de que se VV. Ex.<sup>as</sup> não o fizerem estarão a dar continuidade às políticas seguidas pelo governo anterior, que abriram a sepultura da nossa agricultura. Para o Partido Popular esta é uma questão essencial, onde temos de ser extremamente rigorosos.

O tempo é curto, mas, nesta minha primeira intervenção, não quero deixar de, em nome do distrito que me elegeu — o de Santarém —, formular simbolicamente o seguinte pedido: Sr. Ministro, não podemos permitir que haja uma redução da nossa quota de tomate; é o investimento e o rendimento dos nossos agricultores que estão em causa, e eles não o merecem.

Sr. Primeiro-Ministro, vamos agir com urgência na recuperação e prevenção da ameaça à nossa floresta.

Para o Partido Popular a política das pescas tem de assentar na ideia de que é preciso «salvar as pescas»; para o Partido Popular o sector das pescas, em Portugal, tem como futuro uma política de desenvolvimento coerente e sólida, independentemente de estar ou não integrado numa política comum europeia. É este espírito de autoconfiança que deverá nortear toda a nossa actuação neste sector. Se assim não fizer, Sr. Ministro, está a dar continuidade à política de abate e destruição da nossa frota anteriormente seguida.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Santo, muito obrigado pelos seus cumprimentos iniciais, que gostosamente retribuo.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Santo, comungamos de algumas das preocupações que aqui enunciou, designadamente com as que têm a ver com a importância do desenvolvimento rural e com o apoio à sustentação do mundo rural, mas pensamos que também é importante o apoio à competitividade agrícola.

Contudo, no que toca aos produtos da agricultura mediterrânea, gostava de perguntar-lhe que importância dá, no quadro de uma reforma da PAC, ao apoio a esses produtos agrícolas mediterrânicos.

Sobre o apoio ao desenvolvimento florestal, também gostaria que nos dissesse alguma coisa.

O Sr. Presidente: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Helena Santo já não tem tempo disponível para responder; no entanto, estou certo de que o Partido Socialista vai conceder dois minutos para que a Sr.<sup>a</sup> Deputada o possa fazer.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Helena Santo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, para o Partido Popular a questão da floresta é, sem dúvida alguma, vital para a nossa agricultura. É um sector onde somos extremamente competitivos, mas em relação ao qual temos de agir, com urgência. Não podemos apenas e só recordar, lembrar e chorar a nossa floresta no Verão, mas precisamente na altura dos fogos. Para o Partido Popular a floresta é um sector extremamente competitivo para a nossa economia, pelo que o consideramos absolutamente prioritário.

Relativamente aos produtos que mencionou, é evidente que o tomate, a vinha, a cortiça são essenciais e Portugal tem, de facto, capacidade para liderar, para ser competitivo. A estratégia que o Partido Popular defende é a de definir a nossa política agrícola nacional a partir dos produtos em que somos competitivos, que podem ser a nossa imagem de marca.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, gostaria de comunicar que o Partido Socialista cedeu 14 minutos ao Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Qualificação e o Emprego.

**A Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Qualificação e o Emprego (Márcia João Rodrigues):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como em toda a Europa, a questão do emprego interpela os fundamentos da sociedade em que vivemos. Do emprego depende a riqueza nacional, grande parte do rendimento das famílias e, não menos importante, a referência central da identidade e da afirmação social de cada indivíduo.

No entanto, as perspectivas de emprego sustentado parecem, hoje, vacilar. Em Portugal, mesmo que o crescimento económico permita reduzir a componente conjuntural do desemprego — como esperamos —, teremos pela frente uma componente muito mais difícil de combater, que é a do desemprego estrutural.

O desemprego estrutural e o emprego de baixa qualidade, em Portugal, estão profundamente enraizados na própria natureza do nosso modo de desenvolvimento. É esse modo de desenvolvimento que é, hoje, necessário renovar com base em três coordenadas. A saber: primeira, convergir com o espaço europeu em termos de qualidade de vida, de capacidade competitiva e de estabilidade nominal; segunda, renovar a nossa identidade nacional, entendendo-a como contributo para a construção europeia, como fator de diferenciação e de competitividade e, acima e tudo, como a própria base da valorização económica, política e cultural do nosso país — se nos limitarmos a imitar, estaremos sempre atrasados; terceira, reformar o nosso Estado-Providência, aplicando princípios de discriminação positiva e tirando partido das tradições de iniciativa e solidariedade dispersas pela nossa sociedade civil.

Todas estas três coordenadas têm enormes implicações para o que deve ser, hoje, uma política de emprego, de formação e de trabalho no nosso país. Também esta política tem que ser renovada.

Basta pensar nos chamados «desafios da competitividade» e na ameaça que eles parecem comportar para o emprego. Mas, atenção, adiar a modernização é gerar problemas de emprego ainda mais graves para o futuro.

Além disso — e isto é muito importante, pelo que gosta aqui de o sublinhar —, há formas de modernizar e de competir que são mais ricas em emprego do que outras, e é essas que é preciso encorajar. Se as empresas se limitarem a comprar equipamentos tenderão a suprimir emprego. Porém, soberem progredir em novas funções empresariais, de marketing, de design e de qualidade estarão não só a competir melhor como a criar mais e melhor emprego. É muito importante ser implementada essa viragem. Se, para além disso, as empresas soberem também tirar partido dos nossos saberes tradicionais ou específicos estarão, então, a competir de forma mais potente, competindo pela diferença e permitindo também evitar a marginalização profissional de uma parte importante da nossa população.

Esta transfiguração da nossa forma de competir e modernizar tornou-se urgente para defender e promover o em-

prego em Portugal. Mas não tenhamos ilusões: esta transfiguração na forma de competir e modernizar só será possível se estiver associada à renovação do nosso tecido de pequenas e médias empresas, da sua capacidade estratégica e das práticas de gestão de recursos humanos, que estão claramente atrasadas por referência aos padrões internacionais.

A concertação estratégica, referência central no nosso Programa, serve justamente para ganhar tempo, para acelerar esta renovação que se tornou urgente e também para promover uma gestão preventiva e organizada das reestruturações produtivas, reduzindo os seus custos sociais e garantindo o apoio público, consistente e credível à reconversão dos trabalhadores envolvidos. Finalmente, serve também para explorar as possibilidades de criação de emprego nas zonas mais abrigadas da economia e no chamado mercado social de emprego.

O Governo promoverá esta concertação estratégica a nível nacional, sectorial e regional, mas o seu alcance dependerá, eminentemente, do envolvimento e da co-responsabilização de todos os parceiros interessados. Trata-se, por assim dizer, de juntar «à volta da mesma mesa» empresários, sindicalistas, centros tecnológicos, instituições de educação e formação para accionar decisões articuladas quanto à política comercial, industrial, tecnológica, de educação, de formação e de emprego. Assim, poderemos passar da tradicional concertação social, centrada sobre os salários, benefícios fiscais e condições de trabalho, para uma real concertação estratégica, centrada sobre os objectivos do desenvolvimento, da competitividade e da gestão solidária da mudança.

No caso português, a amplitude possível desta mudança encontra-se, como sabemos, dramaticamente limitada pelo nível de qualificação escolar e profissional da nossa população.

Estamos a mover-nos para uma sociedade e uma economia intensivas em conhecimento, onde este constitui o recurso mais importante e onde há, portanto, que criar processos de aprendizagem mais eficazes e permanentes.

Isto que dizer que, para além de reforçar a escolarização a todos os níveis, há que construir um sistema de formação capaz de sustentar uma formação ao longo da vida para o conjunto da população. Este sistema de formação deve ser concebido por forma a introduzir progressivamente na nossa população, na chamada sociedade de informação que está a emergir perante nós, criando possibilidades inéditas de acesso à cultura, à ciência e à tecnologia. Só assim será possível combatermos novas formas de exclusão social e inserir Portugal nas novas redes de conhecimento que estão a reorganizar o mundo.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — De tudo isto, decorrem os grandes eixos de ação que o Governo irá privilegiar nesta área.

Em primeiro lugar, coordenação, dentro do próprio Governo, em torno do objectivo emprego, articulando as políticas externa, macroeconómica, industrial, regional, de educação e formação.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Em segundo lugar, promover o emprego pela concertação estratégica, pela renovação dos modelos organizacionais e da gestão de recursos humanos, pelo apoio às PME's, pela animação do desenvolvimento local,

pela promoção de um mercado social de emprego e pela difusão da competência para a iniciativa empresarial.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Muito bem!

**A Oradora:** — O Governo começará muito em breve a lançar as bases desta concertação estratégica.

Em terceiro lugar, melhorar o funcionamento do mercado de trabalho, com destaque para os circuitos de inserção profissional dos jovens, onde há imenso a fazer, para a igualdade de oportunidades e para um programa integrado de combate ao desemprego de longa duração.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Em quarto lugar, rever todo o sistema de gestão da formação profissional, por forma a dotá-lo de algo que ele tem, por agora, muito pouco — qualidade, relevância estratégica, co-responsabilização e capacidade de evitar o desperdício. Há também que racionalizar toda a rede formativa existente, por forma a clarificar qual o papel a desempenhar pelo sistema de aprendizagem, pelos centros de formação, pelos organismos públicos e associativos de formação e pelas próprias empresas. As soluções adequadas não podem ser importadas e têm de ser adaptadas ao que é o nosso tecido empresarial, coisa que também não acontece. Além disso, há que construir canais bem mais potentes de acesso, difusão e adaptação dos saberes tecnológicos e profissionais disponíveis ao nível internacional. Acabemos com a tendência para querer inventar o que já foi inventado, rompamos com as barreiras do provincialismo como condição para que a verdadeira criação possa surgir.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Em quinto e último lugar, relançar a negociação colectiva com plena responsabilização dos parceiros, melhorar as condições de higiene e segurança, combater as formas de trabalho ilegal e promover uma revisão de fundo da legislação do trabalho, com vista a encontrar uma nova síntese entre mais competitividade e mais qualidade de vida no trabalho.

Trata-se de um programa de acção ambicioso que esperamos estar à altura dos problemas aqui enunciados.

Contaremos com as propostas, com os apoios e com as críticas desta Câmara para o levar por diante.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Lino de Carvalho, Elisa Da-mião e Falcão e Cunha.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Qualificação e o Emprego, a Sr.<sup>a</sup> Ministra enunciou um conjunto de princípios gerais que seriam praticamente consensuais se o seu Ministério vivesse sozinho, isolado, numa ilha. Mas, como não é isso que acontece, é preciso verificar a possibilidade de compatibilização de alguns dos princípios e objectivos enunciados pela Sr.<sup>a</sup> Ministra com as políticas mais gerais, nos planos económico e financeiro, prosseguidas pelo Governo, para verificarmos se o que disse não passa de boas e piedosas intenções, que depois se confrontam, na prática — e nós estamos convencidos de que no quadro das políticas ma-

croeconómicas do Governo assim é — com os constrangimentos dessa mesma política.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra falou em atacar o desemprego estrutural e, entre outros aspectos, referiu a necessidade de reforçar a estrutura produtiva e a capacidade competitiva das empresas; assim como falou na necessidade de reforçar e apoiar as pequenas e médias empresas, fundamental no tecido produtivo português, medidas que, aliás, o PCP há muito vem defendendo. Só que, Sr.<sup>a</sup> Ministra, gostava de saber como é que compatibiliza essa possibilidade que aponta no seu discurso com — e reafirmamos esta questão — os constrangimentos que são colocados pelas políticas macroeconómicas, designadamente as que decorrem dos constrangimentos definidos em Maastricht e que se repercutem na forma como, em muitos casos, têm sido impedidos os financiamentos às pequenas e médias empresas e como tem sido desestruturado o aparelho produtivo, através, por exemplo, da liquidação do sector público empresarial, por meras razões financeiras, para fazer a redução da gestão acumulada do stock da dívida pública, uma das maiores causas do desemprego estrutural que se tem vindo a verificar. É preciso que o Governo esclareça esta questão central, antes de terminar o debate do Programa do Governo.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, não se pode compatibilizar uma política que condiciona os investimentos e os financiamentos às pequenas e médias empresas com todos os propósitos enunciados. Quer a Sr.<sup>a</sup> Ministra dizer que defenderá no Governo a necessidade de contrariar, de esbater, de romper, esses constrangimentos? Esta é a primeira questão que é preciso ouvi-la esclarecer.

O segundo grupo de dúvidas tem a ver com algumas questões concretas. A Sr.<sup>a</sup> Ministra falou muito em concertação estratégica, mas não referiu os problemas concretos que, neste momento, são sentidos pelos trabalhadores e cuja resolução se mantém em expectativa. E vou colocar-lhe alguns deles.

Começarei pelo problema da redução da duração máxima do horário semanal de trabalho para as 40 horas, que é, também ele, um elemento para a criação de emprego. Como é que o Governo pensa intervir nesta matéria?

Como ontem afirmei na minha intervenção e se depreende do Programa do Governo, o Governo parece pretender alijar responsabilidades e transferir o assunto para a sede da concertação social, no âmbito do Acordo Económico e Social de 1990. Mas, como sabe, esse acordo não obriga o Governo a legislar, envia a questão para a contratação colectiva.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, nesse terreno a concertação está esgotada, é uma solução que está ultrapassada e, hoje, a reivindicação justa é a de que se legisle nesta matéria. A nossa proposta é a de que o Governo legisle ou que crie condições para que a Assembleia da República aprove o nosso projecto de lei. Está o Governo disponível para isso ou, antes, pretende transferir o problema, mais uma vez, para a sede da concertação social?

Relativamente à alteração das normas legais das relações de trabalho, pergunto em que sentido serão feitas essas alterações.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, esgotou o tempo.

**O Orador:** — Vou terminar, Sr. Presidente.

Não falou a Sr.<sup>a</sup> Ministra na necessidade de reforçar a defesa da legalidade no quadro das empresas, hoje tão atacada, de reforçar os direitos dos trabalhadores e das

organizações sindicais, que, como sabe, têm sido extremamente condicionados na maioria das empresas.

Não falou a Sr. Ministra na necessidade de atacar, e como, o problema da precariedade do trabalho, outra questão central hoje existente no nosso mercado de emprego que cria instabilidade para o futuro.

Não falou a Sr.ª Ministra em que sentido pensa deve rem ser criadas condições, no imediato, para um aumento real dos salários e do poder de compra dos trabalhadores.

Estas são questões concretas, que exigem uma resposta do Governo, porque foi no sentido da necessidade da uma transformação das políticas sociais que dê melhores condições de vida ao povo português e aos trabalhadores que muitos votaram no dia 1 de Outubro.

Portanto, são essas as exigências que aqui trazemos, é essa necessidade de clarificação que pedimos ao Governo.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Elisa Damião.

**A Sr.ª Elisa Damião (PS):** — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra para a Qualificação e o Emprego, desejo, em nome da bancada do Partido Socialista, saudar V. Ex.ª e transmitir-lhe a nossa confiança e a nossa satisfação pelo que acabámos de ouvir.

Explicitou V. Ex.ª as suas prioridades, que não são mais do que as que constam do Programa Eleitoral do Partido Socialista e, no fundo, a prossecução de uma política social que consagrámos em sede constitucional. A Sr.ª Ministra pode contar com o apoio da minha bancada no sentido de uma mudança radical da gestão caótica que o PSD fez desta pasta nos últimos 16 anos, que levou à ausência de um sistema de formação profissional, acusado das mais diversas coisas, sobretudo naquilo em que, eventualmente, esteve mais ausente e que foi na conformidade com as necessidades.

Quero também dizer que, embora V. Ex.ª possa contar com o nosso apoio, contará igualmente com a nossa crítica, se, porventura, vier a prosseguir — o que não acrediito — a política de défice democrático do PSD, por quanto a transposição da legislação comunitária, que é da competência exclusiva desta Assembleia, dela sempre esteve arredada.

Também contará com o nosso apoio para prosseguir a modernização essencial para a adaptação de um sistema de relações industriais capaz de melhorar os salários, de diminuir a sinistralidade, de aumentar a melhoria das condições de trabalho e a produtividade das empresas.

Contará V. Ex.ª — e espero que com a sua intervenção nos tranquilize — com o apoio actuante desta bancada para prosseguir um diálogo social e não um diálogo ao sabor de calendários eleitorais ou um diálogo em que as promessas sejam incumpridas. Prosseguindo um diálogo social, a Sr.ª Ministra tranquilizaria — e estamos convictos de que não irá defraudar as expectativas — a bancada do PCP, cujo discurso se repete e cujas propostas não mudam muito de legislatura para legislatura, tanto em matéria de normativo na política laboral como na de métodos. Nós acreditamos num diálogo social estratégico e vamos defendê-lo no quadro constitucional.

Quero, pois, Sr.ª Ministra, transmitir-lhe a nossa confiança, tendo em atenção a sua obra, a sua personalidade e a sua competência, confiança que, devo dizer-lhe, não é destituída de rigor.

E, por falar em rigor, termino solicitando à Sr.ª Ministra que tranquilize esta Câmara, confirmado que, em matéria de estatística e de diagnóstico social, V. Ex.ª será clara, mesmo quando esse diagnóstico social nos traduza elementos dramáticos, porque, porventura, o aumento do desemprego vai ter de ser preocupação de todos. A prioridade ao emprego, Sr.ª Ministra, está bem patente neste debate e nas políticas explicitadas no Programa do Governo. Daí, Sr.ª Ministra, a nossa total confiança.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Falcão e Cunha.

**O Sr. Falcão e Cunha (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra para a Qualificação e o Emprego, o Governo refere no seu Programa — e a Sr.ª Ministra disse-o hoje, aqui, mas já antes o tinha afirmado publicamente — que pretende estabelecer acordos com os parceiros sociais e não só, mas que quer acordos abrangentes, acordos de concertação estratégica, que, no fundo, envolvam toda a estratégia de desenvolvimento económico e social do País. Não quer, diz a Sr.ª Ministra, simples acordos de política de rendimentos.

A Sr.ª Ministra conhecerá, com certeza, o texto do acordo que foi discutido pelo governo anterior, em 1994, com os parceiros sociais, no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social. Mas, caso não o conheça, dir-lhe-ei que nesse acordo estavam contempladas matérias como: desenvolvimento de recursos humanos e promoção de emprego, flexibilidade do mercado de capitais, flexibilidade do mercado de trabalho, competitividade das empresas, eficiência da Administração Pública, iniciativas de desenvolvimento local, evolução da segurança social e, também, a política salarial. Esse documento foi objecto de um acordo total e completo com a maior parte dos parceiros sociais, incluindo uma das centrais sindicais. Infelizmente, não foi assinado, porque uma intervenção do então Secretário-Geral do Partido Socialista, hoje Sr. Primeiro-Ministro, introduziu nesta discussão elementos perturbadores, que tornaram impossível a assinatura do acordo.

Sr.ª Ministra, a pergunta que lhe coloco é simplesmente esta: em que medida a noção de concertação estratégica que nos apresentou hoje e que o Governo nos apresenta no seu Programa se compagina com o tipo de acordo que foi possível negociar, mas que não foi possível assinar, repito, em 1994?

Se me responder que pretende estabelecer um acordo deste tipo ou parecido com este, direi que, nesta matéria, Sr.ª Ministra, não inovou.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Quando mencionei o nome dos Srs. Deputados que se inscreveram para pedir esclarecimentos não referi o nome das Sr.ªs Deputadas Maria Celeste Correia e Isabel Castro, pela simples razão de se terem inscrito fora do momento adequado. Peço-lhes que, de futuro, respeitem essa exigência regulamentar.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Celeste Correia.

**A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.º e Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Nesta minha primeira intervenção, gostaria de fazer uma particular saudação ao Sr. Presiden-

te da Assembleia, aos Deputados eleitos e, muito particularmente, ao Sr. Primeiro-Ministro e ao seu Governo. A todos vós, trago «*mantenhas*», uma expressão muito usada na minha terra natal, Cabo Verde, que não tem tradução literal em português mas que significa uma mistura de cumprimentos, de saudades, etc.

Começarei por dizer que o Programa do Governo é particularmente feliz pela sua abordagem integrada transversal, o que demonstra uma intenção clara de coordenação das práticas relativamente a diversificadas matérias. É o caso das minorias étnicas e dos imigrantes.

A problemática dos imigrantes e das minorias étnicas é particularmente relevante se tomarmos em atenção que, tal como refere o Programa do Governo, existem dois milhões de pobres em Portugal. Destes, segundo um estudo da Universidade Católica, 85% são portugueses e 15% estrangeiros. Se pensarmos que os estrangeiros residentes em Portugal constituem pouco mais de 1% da sua população, vemos, com toda a clareza, como a exclusão social e a pobreza não só afectam os imigrantes e as minorias como justificam a relevância dada a esta questão. O Programa do Governo, nos seus diferentes capítulos, aborda, de forma clara, precisa e discriminada, medidas para enfrentar este problema.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, gostaria de lhe lançar um alerta, que de certo não lhe será exclusivamente dirigido mas para o qual peço a sua particular atenção: o Programa do Governo, no que respeita à formação profissional para activos, refere a necessidade de «estimular e lançar iniciativas de internacionalização de formação, como sejam (...), o envio de formandos, (...) para outros países, (...)» e reconhece — e muito bem — a importância da organização de »(...) canais de transferência e adaptação de conhecimento e saber-fazer internacional». Os imigrantes, estamos certos disso, terão acesso a cursos de formação profissional. Contudo, quando há necessidade de trocas com os parceiros comunitários levantam-se, não poucas vezes, dificuldades enormes nas obtenções de visto e consequente circulação. Peço a sua atenção para isso.

Questão concreta: sendo que o anterior governo não fez praticamente nada daquilo que se propôs nesta matéria, gostaria de saber que medidas de discriminação positiva tem previstas para estas populações carenciadas no domínio do emprego e da formação profissional.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, muito obrigado pelos seus cumprimentos iniciais. Também eu lhe desejo *mantenhas*.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Qualificação e o Emprego, é conhecida e sobejamente discutida neste Parlamento a existência de situações de ilegalidade que conflituam com o direito constitucionalmente consagrado da igualdade de oportunidades, designadamente, no acesso ao emprego. Ou seja, há situações de empresas, designadamente bancos, que desrespeitam esta igualdade de acesso e não cumprem a legislação. O PSD, ao longo destes anos, independentemente de afirmar e proclamar aquilo que é um direito e de se dizer partidário da igualdade de oportunidades, relativamente a esta matéria, não foi mais do que um espectador passivo.

A questão que coloco é a de saber o que é que o novo Governo vai fazer sobre esta matéria. Ou seja, vai continu-

ar a ter uma atitude passiva no sentido de pensar que essa é uma lógica que é tão-só a das empresas e algumas delas são privadas, e, portanto, nada tem a dizer sobre isso ou, na corporização daquilo que parece ser a sua intenção de concretizar a igualdade de oportunidades, vai ter formas de penalizar aqueles que não cumprem o que constitucionalmente está estabelecido?

A segunda questão prende-se com o acesso ao emprego das minorias étnicas. Há, neste momento, legislação que estabelece quotas de interdição de acesso ao emprego por parte de estrangeiros. As comunidades de imigrantes existem no nosso país e estão numa situação irregular. Admitimos que haja abertura para que essa situação se modifique, mas, em termos do acesso ao emprego, isso significa também agir e transformar a lei nesse sentido. Vai o Governo ou não fazê-lo? Essa é a nossa pergunta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Qualificação e o Emprego, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra para a Qualificação e o Emprego: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou responder, em primeiro lugar, às questões que me foram levantadas pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho, as quais desde já agradeço e que me darão oportunidade de explicar melhor determinados pressupostos do Programa do Governo.

Relativamente à questão de saber como vamos compatibilizar o esforço de convergência nominal com a convergência real — e essa é uma questão crucial para promover o emprego —, devo dizer que temos perspectivas fundadas no sentido de esperar uma taxa de crescimento sustentado para os próximos anos e, portanto, esse contexto de crescimento será favorável à criação de emprego. Por outro lado, as opções de política macroeconómica inscritas no nosso Programa estão focalizadas na necessidade de garantir um crescimento com a inflação baixa e que cria um contexto para uma progressiva descida das taxas de juro. Esse efeito será reforçado, no caso de adesão à moeda única.

Ora bem, esse quadro de crescimento com a inflação baixa e taxas de juro decrescentes é, por definição, favorável ao investimento e à criação de emprego. Portanto, há aqui uma opção de política macroeconómica que tem esse pressuposto, e nós estamos em crer que esses efeitos se vão fazer sentir.

Mas não ficamos por aqui. Há um outro aspecto fundamental no Programa do Governo: além do contexto macroeconómico, há toda uma acção de reforço dos nossos sectores económicos, que é fundamental prosseguir, com base em políticas estruturais sectoriais adaptadas a esses sectores. Não é por acaso que este Governo dá bem mais importância a essas políticas estruturais. E com que sentido? O de pôr de pé uma modernização mais rica em emprego, portanto uma modernização centrada em novas soluções empresariais que podem permitir às empresas integrar mais trabalhadores e, em princípio, trabalhadores com mais qualificações.

Há um aspecto extremamente importante que está a ocorrer neste momento no nosso país: é que há toda uma série de jovens com qualificações intermédias, formados pelas nossas escolas profissionais, pelo nosso ensino tecnológico e que não estão a ser devidamente absorvidos pelas empresas portuguesas. É fundamental que as empresas portuguesas tirem partido desses recursos humanos que têm sido formados recentemente no nosso país.

Portanto, isso mostra bem que não chega apenas o esforço de educação e formação mas é necessário que ele

seja acompanhado por políticas estruturais que estimulem as empresas a melhorar o seu perfil competitivo e a alargar as suas funções empresariais e, portanto, a recrutar gente mais qualificada.

Outro aspecto fundamental é o de que justamente toda essa renovação tem que ser sustentada por uma política mais potente de educação e formação. É exactamente por isso que o nosso Governo dá prioridade ao investimento em educação e formação, para permitir que o tecido empresarial se possa renovar.

Finalmente, é verdade que a despesa pública vai ser submetida, digamos, a um esforço de contenção e isso já foi aqui exposto em momentos anteriores, mas esse esforço de contenção deve estar ligado a uma procura de maior eficácia da despesa pública. Esta tem que servir de alavanca, justamente para ajudar essa transformação do tecido empresarial e ao mesmo tempo reforçar as políticas sociais e a política de educação.

E isso quer dizer o quê? Que a despesa pública tem que ser mais selectiva, mais balizada por critérios de qualidade e mais capaz de combater o desperdício, porque temos muitas zonas de desperdício. Na minha área, tudo o que tem a ver com o Fundo Social é uma manifestação evidente de canais organizados de desperdício.

Portanto, com os mesmos recursos, penso que se consegue fazer muito melhor, se eles forem balizados por um sistema de gestão que ligue o apoio público à formação profissional, exigência efectiva de qualidade da formação. Essa exigência não tem sido imposta na atribuição dos fundos comunitários, e é altura de começar a sê-lo. E eu estou nessa disposição na minha área.

#### *Aplausos do PS.*

Segunda questão: redução do tempo de trabalho. Nós vamos respeitar integralmente o espírito do Acordo Económico e Social de 1990, que prevê que, esgotadas as possibilidades da negociação colectiva, essa decisão será adoptada por via legislativa. Porém, tomámos posse agora e queremos confirmar que estão esgotadas essas possibilidades por via da negociação colectiva. Estamos na postura de querer estimular a negociação colectiva, valorizá-la, mas se verificarmos que no curto prazo esta medida não é efectiva nesse contexto, nós de maneira nenhuma excluímos, pelo contrário, adoptar esta medida por via legislativa. Aliás, até posso dizer que já está em curso no meu Ministério um estudo que avalia as implicações da redução genérica do horário de trabalho para 40 horas. Portanto, não estamos a perder tempo nesta matéria.

Em qualquer caso, tudo o que seja prosseguir — e gostava de dizer isto aqui — a redução do horário normal de trabalho será, à partida, conjugado com um esforço de flexibilização da gestão do tempo de trabalho nas empresas. Digamos que a nossa ideia é a de ligar uma coisa à outra e a verdade é que esse processo, a prazo, pode ser extremamente benéfico para a criação de emprego em Portugal.

Terceira questão: legislação de trabalho. O nosso Programa prevê uma revisão global da legislação de trabalho e o sentido geral dessa revisão visa compatibilizar a melhoria da qualidade de trabalho com o reforço da competitividade das empresas, justamente para podermos defender o emprego em Portugal.

Ora bem, isso tem implicações quanto ao que se prevê face ao trabalho precário. É nossa intenção fiscalizar mais rigorosamente e contrariar a utilização ilegal do trabalho precário; é nossa intenção criar um campo de concertação

estratégica, que permita criar novos espaços de participação dentro das empresas. Nesse aspecto, gostava de dizer que a participação, em Portugal, está eminentemente ligada a uma coisa que não tem existido, que é informação, informação aos parceiros sobre o estado real dos sectores, sobre o estado das empresas. Não há participação de qualidade nas empresas se ela não for sustentada com informação. Essa é uma área que tem que ser drasticamente melhorada.

Finalmente, em matéria de aumentos de salários, foi já aqui dito por vários membros deste Governo — e é essa a política contida no nosso Programa — que a política de salários será balizada por dois critérios: o referencial da inflação e o referencial dos ganhos de produtividade, que serão objecto de uma partilha em sede de concertação social.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Elisa Damião, agradeço o apoio manifestado e também quero confirmar que, como acabei de dizer, é nossa intenção melhorar drasticamente a qualidade da informação sobre o mercado de trabalho para que, justamente, os parceiros possam tomar decisões com conhecimento de causa e possam ser co-responsáveis nessas decisões.

Sr. Deputado Falcão e Cunha, a propósito da sua questão, que lhe agradeço, porque, justamente, é mais uma oportunidade que tenho de explanar o meu pensamento em matéria de concertação estratégica, gostaria de lhe dizer o seguinte: tenho conhecimento do texto desse acordo malogrado e, na minha opinião, as tentativas de acordo económico-social organizadas pelo governo precedente caracterizavam-se por serem tentativas pontuais, centradas sobre a concertação apenas ao nível do topo e coordenadas com a chamada gestão do ciclo político, fundamentalmente com o objectivo de legitimar o Governo em momentos cruciais desse ciclo político.

#### *Aplausos do PS.*

Na minha opinião, foi exactamente por não ser conveniente do ponto de vista do próprio Governo na altura que o acordo foi malogrado.

Em contraposição, a posição que defendemos nesta área passa justamente por dizer que os acordos económico-sociais serão não pontuais mas sistemáticos — é isso que está em causa —, serão não apenas de topo mas realizados ao nível sectorial e regional e, de preferência, também ao nível de empresa, sempre que isso for possível. Serão acordos não para legitimar mas, fundamentalmente, para ajudar a qualidade da decisão. Esta é a grande linha de demarcação entre a concepção sobre o acordo económico e social que vigorou no passado e a concepção que pretendemos agora pôr de pé.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Celeste Correia pôs o dedo na ferida em toda uma área de problemas que têm estado bastante a descoberto em Portugal: o da imigração e da nossa atitude nacional face aos imigrantes que têm vindo a entrar no território português. Quanto a esta questão, penso que temos de ter uma política clara balizada por duas coordenadas, a primeira das quais é a de ter uma política cautelosa de imigração, de abertura de fronteira — penso que essa é uma atitude responsável. No entanto, a partir do momento em que essa população imigrante está no nosso território, temos responsabilidades em garantir-lhe uma inserção social decente e credível, coisa que não tem vindo a acontecer.

#### *Aplausos do PS.*

Essa política de responsabilidade deve traduzir-se por pôr-se de pé um programa integrado, direcionado e adaptado a essas comunidades, que tem de ter múltiplas vertentes, porque há problemas de educação ao nível dos jovens, para que eles se possam integrar, há problemas de formação, há problemas de apoio à inserção no mercado de trabalho, que são problemas absolutamente à parte que têm de ser tratados atendendo à especificidade culturais destas populações. É todo esse vasto programa de trabalho que está para fazer e que vamos empreender.

Finalmente, agradeço também a questão que colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro relativamente à igualdade de oportunidades, que eu disse ser realmente uma prioridade deste Governo. Gostaria de lhe dizer, em primeiro lugar, que se nos reportarmos especificamente às diferenças entre o homem e a mulher, que é um dos aspectos da igualdade de oportunidades, eu diria que a atitude face à questão da mulher é entendida por este Governo, em primeiro lugar, como uma questão política transversal. Portanto, não é uma questão que se limite apenas aos problemas do emprego e do mercado de trabalho, é uma questão de organização da nossa sociedade e do poder político da nossa sociedade.

*Aplausos do PS.*

Em qualquer caso, na área a que me reporto — emprego e formação —, as linhas de actuação passarão por uma actuação reforçada da inspecção de trabalho nesta área, que assumimos como compromisso básico, mas que deve ser acompanhada por medidas de discriminação positiva que permitam às mulheres conciliar mais facilmente a sua vida familiar com a sua promoção profissional e, finalmente, há toda uma vasta acção que tem de ser levada a cabo relativamente à alteração das mentalidades das próprias identidades culturais nesta matéria. Essas são as linhas fundamentais que iremos privilegiar nesta área.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. Carlos Zorrinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Com a apresentação a esta Câmara do Programa do XIII Governo Constitucional, não só se inicia formalmente um novo ciclo político em Portugal, como começa um tempo novo, em que uma mais ousada e inovadora abordagem das tarefas da governação permitirá criar as condições necessárias para que Portugal assista nos próximos anos a um processo de desenvolvimento firme, sustentado, socialmente justo e regionalmente equilibrado.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Um desenvolvimento firme, porque baseado em convicções fortes e estratégias claras.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Estratégias e convicções que, bebendo nos valores universais da tolerância, da justiça e da solidariedade, integram em si múltiplos contributos de individualidades e organizações, que, representando a textura mais dinâmica da nossa sociedade, constituem também, no quadro de um novo contrato de cooperação com o Esta-

do, os principais agentes e protagonistas do desenvolvimento.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Desenvolvimento firme mas sustentado, respeitador do equilíbrio dinâmico homem/natureza, fundado na rationalidade de uso dos recursos e na preservação do património ambiental a legar às gerações vindouras.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Mas sustentabilidade que não significa inércia ou simples conservação, que significa, sobretudo, rasgo, inovação e coragem na exploração das novas oportunidades e desafios emergentes na sociedade da informação em que vivemos.

Inovação e rasgo no uso mais racional dos recursos naturais. Inovação e rasgo na motivação e formação do recurso-chave do nosso tempo — as pessoas — e na sua requalificação para as novas funções e desafios competitivos. Inovação e rasgo na criação de condições para a afirmação de elites dirigentes, que possuam a capacidade estratégica de conciliar a dignificação da pessoa humana com os novos desafios da economia aberta e global.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Inovação e rasgo na exploração dos novos factores de competitividade e no redimensionamento concorrencial que as redes informacionais podem permitir ao nosso tecido empresarial, maioritariamente pontuado pelo predomínio de empresas de pequena e média dimensão.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — E inovação e rasgo, sobretudo para que o processo de desenvolvimento em Portugal possa permitir uma inflexão clara do agravamento de desigualdades entre grupos sociais, sectores e regiões, sem pôr em causa, mas antes potenciando, a capacidade competitiva global da economia portuguesa.

*Aplausos do PS.*

O Orador: — Inflexão clara na discriminação na qualidade do ensino proporcionado aos jovens das zonas menos atractivas à fixação de professores e menos dotadas de infra-estruturas de apoio à aprendizagem. Inflexão clara no abandono de franjas cada vez mais significativas da população, com o inevitável efeito multiplicador de condições endémicas de pobreza e de uma crescente cultura de marginalidade. Inflexão clara, através da aposta na qualidade do sistema educativo, do reforço do mercado social de emprego e da introdução do rendimento mínimo garantido, da lógica de crescimento selvagem, desumanizado e cego, que conduziu, nos últimos anos, ao agravamento exponencial dos fenómenos sociais de exclusão;

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Inflexão clara, ainda, da litoralização acelerada do País, duplamente penalizadora de um interior em agonia e desertificação e de um litoral em asfixia e perda de competitividade induzida pela degradação de infra-estruturas sobreutilizadas e povoados desordenados e socialmente inibidores.

**Sr. Presidente, Srs Deputados:** O Programa do Governo aqui e agora em apreciação é a demonstração clara de uma visão moderna sobre os novos desafios da pilotagem de sistemas de elevada complexidade, como o são, indiscutivelmente, os sistemas que constituem a Administração do Estado, desafios de motivação e mobilização de vontades, de incremento da participação democrática e da transparência no exercício do poder e de reforço visível da eficácia da Administração Pública.

O diálogo como fundamento de decisão e acção concertada nos planos estratégico, tático e operacional, constitui um dos valores acrescentados mais notórios da proposta programática que aqui analisamos. Da sua aplicação consistente decorrerá uma melhoria da qualidade das decisões e um reforço da participação dos cidadãos no traçar do seu futuro comum, condição essencial ao renascer da paixão pela democracia e pela gestão democrática das instituições.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Diálogo que implica também transparência, capacidade de comunicação da Administração com os seus utentes, intensificação dos mecanismos de controlo activo da acção do Governo, humanização no relacionamento entre o cidadão e as instituições e serviços, parâmetros de qualidade do exercício democrático do poder a que o Programa do Governo em apreciação dá forte prioridade.

Prioridade que também é implícita na estrutura do Programa e na orgânica do Governo que a vai executar é a assumir da transversalidade das políticas estruturantes da condução do país, através do reforço dos mecanismos de articulação interministerial, explorando ainda sinergias funcionais e ganhos claros no custo e na eficácia dos serviços prestados.

É por isso um erro indesculpável procurar avaliar os custos globais das novas políticas pela simples justaposição dos seus encargos directos ao histórico da despesa verificada nos últimos anos. As novas políticas substituem velhas políticas, quantas vezes bem mais onerosas, porque desarticuladas e socialmente desajustadas.

**Aplausos do PS.**

Da aplicação do Programa do Governo que aqui debatemos podemos esperar maior eficácia a custo controlado, ou seja, podemos esperar não um acréscimo significativo da despesa pública, mas um significativo acréscimo na qualidade com que serão aplicados os recursos financeiros que os cidadãos colocam ao dispor do Estado para o cumprimento da sua missão.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — E podemos esperar, ainda, uma maior justiça e equidade na captação desses recursos e na partilha social dos encargos de financiamento do Estado.

Sr. Presidente, Srs Deputados, o Programa do Governo submetido a esta Câmara pelo XIII Governo constitucional revela, pela sua estrutura, uma capacidade estimulante de entender a governação do Estado numa perspectiva dinâmica, cruzando complementariedades entre as plataformas de decisão supranacional, da governação central, do poder regional a instituir e do poder local. Por ele perpassa uma visão solidária do princípio da subsidiariedade, que informa todo o seu conteúdo e marca bem fundo a prioridade

dada à coesão económica e social nos vários níveis territoriais, como condição potenciadora da flexibilidade competitiva e do desenvolvimento.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — No quadro de uma Europa que se repensa e reinventa à luz dos grandes princípios enformadores do Tratado da União, a interpretação implícita do princípio da subsidiariedade assume particular relevância. Nela se refletem os desafios da coesão, do equilíbrio, da soberania e do direito à diferença, num contexto de globalização e integração política e económica.

É particularmente relevante verificar a forma clara e despida de preconceitos como o XIII Governo constitucional, tendo por referência os interesses nacionais na sua globalidade e os interesses das regiões menos desenvolvidas em particular, se propõe pugnar para que o desenvolvimento da Europa da União dê relevo particular aos desafios da coesão económica e social.

Relevante é ainda validar esta intenção no acervo de propostas programáticas, que traduzem a sua aplicação concreta na política interna, quer no plano institucional, quer no relacionamento com a sociedade civil.

Em termos de espaços territoriais, a prioridade à coesão não se limita à negociação de subsídios ou transferências compensatórias, mas traduz-se na transferência de saber e na criação de condições, para que, em plenitude, as entidades e populações aos diversos níveis possam suprir as suas necessidades e concretizar as suas aspirações.

O conceito de eficácia é assim enriquecido com uma componente social, baseada nos valores da igualdade de oportunidades e da justiça relativa. E é esta componente que o Programa do Governo, hoje e aqui em apreciação, valoriza de forma inequívoca. E dessa valorização é legítimo inferir uma diferente e mais audaz atitude negocial do Governo português no contexto comunitário e uma valorização acrescida da convergência real, como cimento da construção europeia, reduzindo a convergência nominal ao papel fundamental, mas instrumental, que lhe é próprio.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao adoptar, implicitamente, o princípio da subsidiariedade solidária como ideia enformadora da construção europeia e da governação do País, o Governo reconhece a premência da descentralização de competências para os níveis regional, municipal e local e da criação de regiões administrativas com funções de coordenação e animação do desenvolvimento nas suas áreas espaciais de incidência.

Reconhece, ainda, o princípio da coesão como meta, ou seja, o princípio de que algumas regiões ou sub-regiões podem e devem beneficiar, durante um período determinado, de condições excepcionais de apoio ao desempenho das funções que lhe são próprias, não na perspectiva assistencialista do apoio sistemático para satisfação de carencias estruturais, mas na perspectiva solidária, de apoio concreto e firme à sua resolução.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Primeiro-Ministro, Engenheiro António Guterres, Caro Amigo — se me permite esta informalidade, talhada na alquimia de um projecto que se partilhou e partilhamos —, é grande e legítima a expectativa que os

portugueses colocam na capacidade do Governo liderado por V. Ex.<sup>a</sup> para dar concretização prática ao programa que esta Câmara, com elevação e dignidade, tem vindo a debater.

Grande é também a expectativa na capacidade dos Deputados agora eleitos para que, com sentido crítico, empenho e espírito de missão, assumam um papel relevante na nobre tarefa de dar resposta aos anseios e prioridades que os portugueses exprimiram no acto eleitoral de 1 de Outubro.

Estou certo de poder interpretar o sentimento claro da bancada do Partido Socialista, testemunhando-lhe a si e ao seu Governo um profundo crédito de confiança para que, com a aplicação do Programa que agora nos submete, possamos construir um Portugal mais desenvolvido, mais rico, mais justo e mais solidário.

#### Aplausos do PS.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento, considero que podemos passar à fase de encerramento do debate sobre o Programa do Governo.

A Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares determinou que as intervenções se processassem do mais pequeno para o maior grupo parlamentar, pelo que dou de imediato a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Heloísa Apolónia.

**A Sr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Da leitura do Programa do Governo e das intervenções produzidas em torno do mesmo transpareceu, de facto, uma postura diferente perante a maneira de querer fazer política. Foi o reconhecimento, por parte do Governo, da necessidade da abertura à participação dos cidadãos, a qual foi recusada durante os últimos 10 anos, princípio que o Partido Ecologista Os Verdes considera como imperativo para o desenvolvimento, construção e transformação de qualquer sociedade democrática.

Esperamos que essa participação dos cidadãos seja efectiva aos mais diversos níveis de intervenção e de decisão e que o Governo traduza rapidamente as suas palavras em actos. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção de abertura, fez uma transmissão graciosa à população portuguesa da decisão deste Governo sobre Foz Côa que nós registámos com interesse. Pela nossa parte, reafirmamos a necessidade urgente de preservação de todo o valioso património do Vale do Côa e, ainda, a construção da barragem em local alternativo, com base num estudo imediato de impacte ambiental sério e rigoroso.

Sendo certo que esta postura de mudança é realçada, o Programa do Governo, contudo, omite ou deixa em aberto algumas problemáticas fundamentais que não poderiam ser esquecidas num programa de governo, na medida em que se trata de opções de estratégia sobre as quais urge uma decisão rigorosa e séria, inevitável para um verdadeiro desenvolvimento sustentado em Portugal.

Vejamos: o Programa do Governo não faz qualquer referência ao planeamento, gestão e aproveitamento dos recursos das bacias hidrográficas internacionais e, mais precisamente, àquela que poderá ser considerada uma gestão conjunta, a nível da Península Ibérica, das bacias hidrográficas, esquecendo que cerca de 40% dos nossos recursos hídricos são dependentes de Espanha. Os Verdes consideram que esta emergência de planeamento e de gestão dos recursos hídricos em Portugal e Espanha é fundamental e extremamente relevante para o desenvolvimento do nosso país, até numa perspectiva de curto prazo.

Mais: o Programa do Governo, no capítulo do ambiente, estranhamente, não faz qualquer referência à palavra «resíduos» e em todo o Programa nada faz transparecer uma vontade de implementação de uma real e adequada política em matéria de resíduos — de todo o tipo de resíduos, sejam sólidos urbanos, sejam toxico-perigosos, sejam hospitalares. E mais estranho é este facto quando a problemática do depósito ilegal de resíduos, da permanência de resíduos a céu aberto, contaminando solos e aquíferos de norte a sul do país, da inexistência de soluções adequadas à situação e à realidade dos resíduos em Portugal é uma das preocupações ambientais mais graves do nosso país — uma verdadeira chaga ambiental que urge combater rapidamente. É, pois, preocupante a passagem que o Programa do Governo faz ao lado da problemática dos resíduos.

Por outro lado, no Programa do Governo considera-se a agricultura como uma actividade estruturante no mundo rural sem nunca se referir que ela deve ser uma actividade determinante. Pelo contrário, o Programa do Governo expressa claramente a ideia de que a agricultura portuguesa é um sector condenado, reconhecendo que o Governo não tem alternativas políticas capazes de reorientar algo essencial — a agricultura —, considerando que o mundo rural está condenado naquela que deve ser a sua principal actividade e capacidade produtiva. Afirma que este facto se deve à política agrícola comum, mas pode ler-se, mais à frente, que a política agrícola nacional será orientada em obediência aos princípios definidores da PAC, o que significa a continuação de uma política de abandono da agricultura, portanto, contrária aos interesses das populações.

Devemos referir que nos preocupa o entendimento de mundo rural expresso em determinadas partes do Programa, como uma colónia de férias para populações citadinas nacionais e estrangeiras onde os residentes serão anfitriões de braços abertos. Nesta matéria o Governo inverte a razão, faz do acessório o principal e faz do principal o acessório.

Para além disso, sendo um Programa que fala de preservação do ambiente e que, ao mesmo tempo, se submete à lógica da PAC, com todas as consequências negativas que esta política tem trazido ao ambiente em Portugal — refira-se, a título de exemplo, a monocultura florestal, a desertificação, a aniquilação de espécies —, pergunta-se, então, como compatibilizar a apregoada defesa do ambiente com a lógica da PAC. Por estas razões é que consideramos preocupante a tendência para a concentração de população no litoral do país, uma zona já por si fragilizada do ponto de vista ecológico, tendência esta que só pode ser contrariada com a criação de condições no interior e no mundo rural para a fixação das populações, não sendo visível — consideramos nós — no Programa do Governo um conjunto de medidas específicas que possam pôr cobro a um dos mais graves problemas ambientais que existem no nosso país, razão pela qual sempre defendemos a necessidade da integração da política ambiental com a política de ordenamento do território.

Enfim, aqui ficam expressas algumas preocupações que o Partido Ecologista Os Verdes tem, decorrentes da apreciação do Programa do XIII Governo Constitucional. Aliás, Sr. Primeiro-Ministro, esperamos que por ser o Governo n.º 13 e por hoje ser sexta-feira que, só por isso, daí não lhe advenha má sorte. Apesar de tudo, e porque o Governo se diz aberto ao diálogo, temos esperança de que algumas das lacunas deste programa bem como as contradições e orientações políticas pouco definidas que nele se encerram venham a ser ultrapassadas quer aqui, na Assem-

bleia da República, quer por iniciativa do Governo e, obviamente, por vontade e participação dos cidadãos.

Aliás, esperamos que, quando descermos mais à realidade e à concretização de políticas, como será o caso do Orçamento do Estado, já se reflecta a necessidade de ultrapassar as questões referidas. Na altura, veremos.

*Aplausos do PCP e de Os Verdes.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O debate do Programa do Governo se bem que tenha evidenciado pontos que merecem o nosso acordo, e que há muito defendemos, a verdade é que, em questões essenciais, explicitou orientações que nos merecem as maiores reservas.

O novo estilo, a defesa do diálogo e a abertura para ouvir são importantes, mas a governação não se esgota no estilo e no diálogo. É pelos frutos que se avaliará a árvore.

Para a derrota do PSD pesou, sem dúvida, o autoritarismo e a cultura do «querer, posso e mando», mas o que teve peso determinante nesta derrota foi a política de concentração de riqueza e de liquidação do aparelho produtivo nacional e a política seguidista de Maastricht.

Não tenha ilusões, Sr. Primeiro-Ministro, que nem o diálogo, nem as declarações de princípio, nem algumas medidas pontuais positivas apagarão a frustração e o desencanto que se verificará, se, em questões essenciais, prosseguir a política que foi derrotada nas urnas.

Por isso, ao contrário do que aqui afirmou o Sr. Deputado Fernando Nogueira, as promessas do Partido Socialista, nomeadamente as essenciais, isto é, o bem-estar para as populações, a elevação do poder de compra dos salários e das reformas, a diminuição do desemprego e do trabalho precário, o trabalho com direitos e o efectivo envolvimento, são perfeitamente possíveis de cumprir, mas não o serão se elas forem preteridas pelos interesses dos grandes senhores do dinheiro, não o serão se, como infelizmente este Programa e este debate perspectivam, o Governo valorizar, como aqui foi afirmado, a imitação da política do PSD, em detrimento do original.

A política de privatizações, rápida e intensa, a política de moderação salarial, a política de defesa de maior flexibilidade e desregulamentação — onde é que nós já ouvimos isto! — tem, naturalmente, os sorrisos e os aplausos do PSD e do PP, mas não irá ao encontro das aspirações do povo português.

É uma realidade que a política de privatizações, que tem o apoio do PSD e do PP, foi, é e será fonte de desemprego e de clientelismo, de abertura de portas à dominação do capital estrangeiro, de chorudos negócios feitos com o património público, de desvio de milhões e milhões de contos que poderiam e deveriam ser aplicados no investimento criador de empregos.

É uma realidade que a política de moderação salarial, que tem o apoio do PSD e do PP, tem levado à degradação dos salários e das pensões e ao agravamento da repartição do rendimento nacional, em detrimento dos trabalhadores, pelo que a sua correcção e a necessidade de alargamento do mercado interno, com a defesa da produção nacional, não pode ficar por pequenos aumentos acima de uma taxa de inflação, ainda por cima manifestamente subestimada.

É uma realidade que a política de flexibilidade, que tem o apoio do PSD e do PP, tem aumentado a exploração, os abusos e a precariedade. Os contratos a prazo e o trabalho a recibo verde são hoje em muitas empresas e instituições não uma exceção, mas a regra. Isto é inaceitável e inadmissível. Há trabalhadores que trabalham com recibo verde durante anos e anos. E isto tem a ver com as perspectivas que se abrem para a juventude e com o direito de cidadania na empresa, sublinhado aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro. Mas sobre isto o Programa do Governo nada diz. Aqui nem sequer contém fórmulas generosas, vagas ou difusas. Não se pode fechar os olhos a esta realidade. Não se pode escamotear o que significa maior flexibilidade e desregulamentação.

A mesma linha de continuidade neo-liberal encontramo-la, por exemplo, na área da saúde, onde a extensa coincidência entre a política promovida pelo anterior Governo do PSD e as orientações nucleares agora afirmadas no Programa do Governo, não podem deixar de ser observadas, infelizmente, como a confirmação das acusações de plágio que o anterior responsável governativo dirigiu ao Partido Socialista.

Em nome da chamada «dissociação da condição de financiador» por parte do Estado e da «administração da prestação de cuidados de saúde», o que se anuncia de facto no Programa do Governo é a tatcheriana privatização dos serviços de saúde — que tem, naturalmente, o apoio do PP —, com o recurso a diversas e sofisticadas modalidades.

Por outro lado, em relação à solidariedade e à segurança social, também o Programa do Governo enuncia não poucos propósitos generosos e orientações genéricas, mas, quando se passa às medidas, é a linha de desresponsabilização do Estado, no domínio das funções sociais, que perpassa em muitos pontos do documento.

E suscita-nos também muitas reservas o propósito de sistemática transferência de responsabilidades e de gestão de importantes recursos financeiros para entidades de natureza particular, com interesses e objectivos específicos, não confundíveis com o interesse público.

Não tenha também ilusões, Sr. Primeiro-Ministro, que uma fiel submissão aos sacrossantos critérios de convergência de Maastricht, por si aceites, levarão à deflação da economia, com o seu cortejo de falências, de aumento do desemprego, do trabalho precário e das bolsas de exclusão e de pobreza, fontes de insegurança, de marginalidade e de toxicodependência.

O chamado estado de graça desaparecerá. O Orçamento do Estado chegará em breve e, com ele, ver-se-á que o rendimento mínimo garantido é só para algumas freguesias, porque Maastricht pesa mais do que o discurso social e o desemprego tenderá a agravar-se.

E não será com o mercado social de emprego que se combate o desemprego. Esta é apenas uma medida residual. Não é oferecendo, por exemplo, a um metalúrgico ou a um operário especializado um lugar de *babysitter* que se resolvem os seus problemas. O desemprego combate-se com outra aplicação dos dinheiros públicos, com investimento criador de emprego, com a dinamização do aparelho produtivo e a defesa da produção nacional e com a redução do horário de trabalho. As medidas pontuais e subsidiárias poderão ser úteis ou paliativos, mas não resolvem o essencial.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não há quadratura do círculo possível nem círculos virtuosos de má memória, nem engenharias semânticas que «casem» a convergência nominal com a real, isto é, que «casem» os critérios de Maastricht com o desenvolvimento acelerado, com a coesão económica e social. E estas é que são as questões centrais, o núcleo que determina o essencial da política económica, financeira e social.

*Aplausos do PCP.*

Algum economista pode, com seriedade, demonstrar o carácter necessário de o *ratio* da dívida pública em relação ao produto não ultrapassar os 60%, ou mesmo de o défice orçamental não ultrapassar os 3%?

O nosso país já sofreu com os dogmas da moeda forte. No entanto, o actual Governo quer continuar com a marcha forçada para a moeda única, para o marco único, segundo critérios que a Alemanha ainda quer endurecer. Com uma moeda única não haverá mais margem para as políticas orçamentais, fiscais e salariais e os parlamentos serão transformados em meros parlamentos regionais.

A prosseguir esta política, ainda vamos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, tal como o Governo anterior, dizer que estamos no bom caminho, que estamos a chegar ao cimo da montanha e que a estabilidade política é essencial para se chegar ao pelotão da frente da moeda única. Preferimos estar no «carro vassoura» da moeda única e no pelotão da frente do desenvolvimento e da estabilidade social e económica.

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por este caminho não se vai lá. O desencanto será certo e a direita não deixará de tirar proveito da situação. O grande desejo de mudança será frustrado. Acredito que mesmo alguns Ministros e Secretários de Estado sentir-se-ão desiludidos. O discurso do rigor, como sucedâneo da austeridade, é já um indicador.

Aliás, o Governo já começa a falar nos sacrifícios e nos custos sociais da modernização. Que estranha modernização! Que estranho progresso é este que deixa de ser traduzido em termos de bem estar dos homens e mulheres e é avaliado em despedimentos e em lucros vultuosos para as grandes empresas?!

*Aplausos do PCP.*

A referência aos custos sociais da modernização é a preparação do terreno para a continuação de uma política que procura fazer passar a teoria dos sacrifícios e dos apertos de cinto sempre para os mesmos — para os trabalhadores e para a generalidade dos pequenos e médios empresários —, em nome de um progresso futuro.

Recusamos a concepção de que quanto mais progresso técnico mais vítimas e mais regressão social. Essa não é a modernização que queremos para o País. Essa foi a concepção do PSD.

O Ministro Daniel Bessa disse esta semana, com clareza, que a política do actual Governo será a linha de continuação da anterior, no essencial. Será um grande erro, se pensam que a continuação da política neo-liberal na economia poderá ser compensada com mais algumas ambulâncias, com mais alguns «115» e com mais algumas palavras caridasas para as suas vítimas sociais. O PS deveria ter em conta a experiência do Governo dos socialistas franceses ou dos socialistas espanhóis.

Não aceitamos, nem aceitaremos, que homens e mulheres, que as portuguesas e os portugueses, sejam submetidos

dos às impiedosas e implacáveis regras do tudo ao mercado, do rei dinheiro, da lei do mais forte e da desresponsabilização do Estado das suas responsabilidades sociais e constitucionais. Isso é para o PP! Por isso, nesta Assembleia da República, seremos a oposição de esquerda.

*Aplausos do PCP.*

Oposição de esquerda porque a política que se quer seguir, no essencial, é a política neo-liberal, é a política que foi derrotada nas urnas, é uma política de direita.

Não seremos oposição sistemática. Potenciaremos, nesta Assembleia da República e no Parlamento Europeu, tudo o que possa vir de positivo, mesmo que pontual ou sectorial, para o povo e para o País, mas seremos a oposição de esquerda clara e firme ao que já foi enunciado como o núcleo central da política deste Governo, que, a ser levado à prática, acentuará as debilidades do aparelho produtivo nacional, acentuará as desigualdades e trará uma nova degradação das condições de vida e de trabalho.

Pela nossa parte, pautaremos a nossa posição em correspondência com os compromissos que assumimos perante o povo português e perante o País; combateremos, firmemente, todas as orientações e medidas que se traduzam na continuidade da política de direita, que esteve na origem determinante da derrota do PSD; e reafirmamos aqui, neste princípio de governação, que são objectivos essenciais de uma política democrática que não prossiga a política de direita condenada nas eleições: o respeito pelo sistema político e democrático constitucional vigente; a travagem dos processos destrutivos e a recuperação do aparelho produtivo, nomeadamente na indústria, na agricultura e nas pescas; a defesa de um sector empresarial do Estado na banca e sectores de importância estratégica; uma política de melhoria efectiva, nas palavras e nos actos, das condições de vida dos trabalhadores e das populações, factor de justiça social e de dinamização da economia, pelo alargamento do mercado interno; a assumpção pelo Estado das suas responsabilidades sociais; a firme defesa dos interesses nacionais, invocando, quando necessário, na União Europeia, critérios de especificidade, interesses vitais, moratórias e sujeitando a referendo a nova ratificação do Tratado de Maastricht.

*Aplausos do PCP.*

Este será, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o nosso combate. Lutaremos por uma política de esquerda, que se concretize com medidas e erga, sem tibiez, a bandeira dos valores da esquerda, os valores de Abril, pelo povo e por Portugal.

*Aplausos do PCP, de pé, e de Os Verdes.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

**O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Termina hoje o debate do Programa do XIII Governo Constitucional. O País ficou a saber quais as ideias fundamentais do novo Governo e quais as propostas e posições dos partidos com assento nesta Assembleia.

Gostaria de afirmar que, pela nossa parte, o Governo tem total legitimidade para governar. E essa legitimidade advém-lhe não apenas de ser sustentado pelo partido mais votado no dia 1 de Outubro, mas tem também essa legitimida-

de porque ninguém aqui apresentou uma moção de desconfiança que pudesse pôr em causa a vontade maioritariamente expressa pelo povo português no passado dia 1 de Outubro.

Ficou claro que as propostas e os valores do novo Governo não são nem as propostas nem os valores do partido a que presido. Ficou claro também, ao longo deste debate, que há duas oposições: a oposição que quer discutir o futuro e a oposição que é especialista em fazer comparações com o passado. A oposição que quer discutir o futuro é a oposição de direita, democrática e patriótica, do Partido Popular; a oposição que apenas compara, que não tem inovação, que não tem imaginação, é a oposição passadista do PSD.

*Aplausos do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ficámos a saber que os fundamentos da política económica deste Governo são os mesmos da política económica do PSD; ficámos a saber que os referenciais da política económica deste Governo são iguais aos referenciais económicos do PSD; e ficámos a saber que os prazos de validade da política económica deste Governo são exactamente os mesmos prazos de validade da política económica do PSD.

O que quer, numa palavra, o Sr. Primeiro-Ministro? Moeda única em 1999. O que quer, numa palavra, o líder do PSD? Moeda única em 1999. O que quero eu e o que quer o meu partido? Uma nova política e a certeza de que o escudo não desaparecerá, se os portugueses sobre isso não forem convidados a pronunciar-se, porque nenhum político, nenhum governo e nenhum partido tem o direito de alienar a soberania ou de pôr em causa aquilo que é pertença não deste ou daquele mas de toda a nação portuguesa.

*Aplausos do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Para além das questões referidas em matéria da Europa, fica claro que, ao fim de vários anos, o Sr. Primeiro-Ministro aderiu à opinião do referendo — já lhe demos as boas vindas —, mas, nesta sessão de encerramento, gostaríamos de lhe fazer, singelamente, um simples pedido: V. Ex.<sup>a</sup> demorou vários anos a aderir à causa do referendo, não demore tanto tempo a concretizá-lo e a permitir ao País que, através dele, tenha a oportunidade de dizer se quer ou não continuar nesta Europa, se quer ou não continuar com esta política europeia.

Os senhores começaram a aproximar-se de nós em matéria de democracia na Europa. Há que sublinhar a posição firme do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que, afinal de contas, vem confirmar que não estávamos sozinhos e que estávamos correctos quando erguemos a nossa voz contra a Comissão Europeia e o centralismo burocrático e tecnocrático daqueles que trabalham em Bruxelas, convictos de que só eles mandam, só eles decidem e só eles podem pôr e dispor em nome das nações e dos respectivos Estados. Felizmente, não estamos sós!

E seria curioso saber onde estão aqueles que, tantas e tantas vezes, também dentro do Partido Socialista, nos apelidaram de radicais. O que dirão eles agora perante estas atitudes e perante estas posições de alguém que é seu par e de alguém que é seu companheiro de luta, nos mesmos ideais e no mesmo partido?!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Partido Popular não aceita que a moeda única, como vos disse, desapareça, se os portugueses sobre ela não

se pronunciarem. Mas, mais importante do que isso, importa definir e saber qual o rumo, qual a missão, que cada um de nós, consciente das suas responsabilidades, quer para o País. E, deixe que lhe diga, Sr. Primeiro-Ministro, isso não ficou definido. Portugal tem de saber o que quer ser. Portugal, quando analisa a economia, não pode perder tempo em análises macroeconómicas ou microeconómicas. De pouco importa aos trabalhadores, de pouco importa aos portugueses que trabalham e que querem criar riqueza se as dívidas das empresas são do défice público ou do défice do sector público administrativo. O que importa aos portugueses que trabalham ou que criam riqueza é saber se têm condições para ter mais salários, se aqueles que são nomeados por parte do Governo para gerir as empresas públicas são os mais competentes ou se apenas são nomeados em função de critérios de natureza político-partidária. É isso que importa ao País e é isso que o País quer saber.

Mas, nesse sentido e em matéria de produção, o País tem de ter um rumo. Não podemos continuar a assistir a uma política de tudo subsidiar, de apoiar tudo e todos de uma forma indiscriminada, sem sabermos se apostamos na indústria, se no comércio, se na agricultura, e sem sabermos, dentro desses sectores, qual a actividade mais importante para um país como Portugal. De nada serve apresentar conceitos vagos ou formais. O País tem de ter orientações estratégicas claras sobre aquilo que deseja ser e sobre quais as áreas em que considera ser mais competitivo. Definir um rumo não significa ter um planeamento dirigista ou estatista; significa, sim, ter um pensamento estratégico, o que — há que afirmá-lo — este Governo não teve ou, pelo menos, não o deu a conhecer, ao longo destes três dias de debate, a esta Câmara e, através dela, ao povo português.

Noutro âmbito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, já falamos de produção, falemos agora de educação. O que quer o Partido Popular? Numa palavra, rigor! E gostaríamos de dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que há obviamente reformas na educação para as quais é preciso dinheiro, mas, para que fique claro, há outras que necessitam não de dinheiro mas, seguramente, de coragem.

Estamos convictos de que as propostas deste Governo para pactos de regime não são mais do que a resposta clara ao repto que o Partido Popular lhe tinha lançado para connosco se sentar, dialogar e fazer um trabalho sério e objectivo que una os portugueses naquilo em que eles se podem e devem unir.

Queremos mais e melhor educação! Queremos um rigor objectivo nas escolas para que os jovens, quando entram, saibam que não têm a vida facilitada na percepção clara de que se tiverem a vida demasiado facilitada dificilmente conseguir-se-ão impor num mercado de trabalho, cada vez mais exigente e selectivo.

*Aplausos do CDS-PP.*

Em terceiro lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, permitam-me que vos diga algo sobre justiça social. Para o Partido Popular acabar com a pobreza é fundamental, mas tal só será possível no dia em que acabarmos com a lógica socialista e socializante, ou seja, com a lógica igualitarista que continua a dominar a política dos últimos anos.

*Risos do PCP.*

Portugal teve um governo socialista e teve governos sociais-democratas, em que a lógica do igualitarismo se man-

teve. Só acabamos com a pobreza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando soubermos dizer, alto e bom som, que abonos de família, subsídios de casamento, não podem continuar a ser distribuídos de igual modo por todos e que aqueles que mais têm não deverão continuar a recebê-los por forma a que aqueles que mais necessitam possam, obviamente, ter direito a um aumento de pensão...

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP):** — Ah! Esse é que é o plano da pobreza!

**O Orador:** — ... e a uma melhoria daquelas que são as suas condições de vida essenciais.

*Aplausos do CDS-PP.*

Estas propostas têm sido apresentadas e defendidas, ao longo de três anos, pelo Partido Popular. Não são rendimentos míнимos de futuro ou para o futuro que acabarão com a exclusão ou com a pobreza, mas, sim, uma política diferente, que acabe com a lógica igualitária, porque, de uma vez por todas, os portugueses não são iguais e não têm de ser tratados de forma igual. É isso que o Partido Popular quer, é isso que o Partido Popular deseja, é por isso que o Partido Popular se tem batido tanto e é em nome disso que o Partido Popular se baterá nesta legislatura.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o actual Governo tem condições para governar durante toda a legislatura. Dependerá dele, e não dos partidos da oposição, saber se o País terá eleições antecipadas ou apenas em 1999. A oposição do Partido Popular será de responsabilidade e de seriedade. A oposição do Partido Popular será uma oposição apostada em retribuir a credibilidade do sistema político, certa e segura de que só há credibilidade das instituições quando estas se sabem dar ao respeito e quando os seus agentes e membros têm comportamentos bem diferentes dos que tiveram no passado e que afastaram tanto e tanto o País das decisões políticas fundamentais do que aconteceu nesta Câmara.

Ao longo destes três dias, dialogámos, conversámos, expressámos pontos de vista, dissemos o que querímos e o que sentímos. Uma coisa é certa: há algumas pessoas nesta Casa que ainda não aprenderam e que estão convencidas de que a arrogância que mantiveram no passado poderá continuar a existir no presente e no futuro. O Partido Popular, que é um partido da direita, como referi, estará aqui em nome do futuro e dos objectivos essenciais que quer que o País tenha daqui em diante. Está na hora de os políticos e de os partidos darem lugar a Portugal; está na hora de os partidos e de os políticos se unirem no essencial em nome do País porque é para isso que os portugueses nos pagam e elegeram e é, seguramente, em nome disso que os portugueses esperam que saibamos honrar os mandatos que recebemos no passado dia 1 de Outubro.

*Aplausos do CDS-PP, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Mota Amaral.

**O Sr. Mota Amaral (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Manda antiquíssima tradição desta Casa que cada Deputado, ao subir pela primeira vez à tribuna dos oradores, dedique palavras de saudação ao Presidente da Assembleia. Gostosamente cumpro agora tal costume! Saudar o

Presidente Almeida Santos — figura marcante da luta pela democracia e do regime democrático nascido com o 25 de Abril — é para mim uma honra e um prazer. Nos mandatos do Presidente Mário Soares sentámo-nos lado a lado no Conselho de Estado, cimentando relações amistosas, que vinham de antes. Ao longo da legislatura agora iniciada, terei o privilégio de um enriquecedor convívio com tão prestigiado parlamentar escolhido como o primeiro de entre todos nós, por virtude das funções de Vice-Presidente da Mesa para as quais fui eleito por benevolência dos Srs. Deputados, que muito agradeço.

Cumprimento também muito cordialmente todos os membros do Parlamento. Qualquer que seja a zona geográfica por que fomos eleitos ou o partido político que apresentou a candidatura de cada um, todos temos igual dignidade e somos credores de respeito como representantes legítimos do povo português.

É com particular satisfação que regresso às lides parlamentares, depois de quase 20 anos em funções executivas como Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores. Embora legalmente impedido do exercício das respectivas funções, cuidei sempre de manter, ao longo desse tempo, o honroso título de Deputado, ganho em eleições livres e, correspondentemente, a minha cadeira no Palácio de São Bento. E isso porque considero o Parlamento o centro da vida política nacional e o lugar por exceléncia do debate democrático. Tendo tido acesso a este Hemicycle noutra era, anterior à instauração da democracia no nosso País, sei valorizar a diferença que está na luz e no sabor da liberdade.

Estendo também os meus cumprimentos ao Sr. Primeiro-Ministro e a todos os Membros do Governo, entre os quais se incluem velhos amigos. E ainda aos representantes dos órgãos de comunicação social.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No termo do presente debate, obterá o Governo a investidura parlamentar, assumindo em plenitude os seus poderes constitucionais. Culmina assim, 40 dias depois, o processo de transição decorrente das eleições legislativas de 1 de Outubro. Quando tanto se fala, e com fundamento, da necessária reforma do sistema político, é bom não esquecer, entre as questões a rever, a lentidão dos prazos deste processo, a qual objectivamente contraria a pronta execução da vontade livremente manifestada pelos cidadãos eleitores.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O PS ganhou as eleições legislativas nacionais este ano. Não alcançou a maioria absoluta que pediu ao povo português, mas ficou perto disso e a vitória foi inequívoca. O PS tem, pois, a legitimidade e a obrigação de governar Portugal, respeitando o mandato que lhe foi soberanamente confiado pelo eleitorado e cumprindo os compromissos que perante ele assumiu.

As promessas eleitorais do PS são muito numerosas e variadas, definidas ao longo de um processo de diálogo social, que praticamente correspondeu a ir dizendo «sim» a todas as queixas e reivindicações de entidades, grupos ou, até talvez exagerando, cidadãos individuais.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Em devido tempo, o PSD alertou os portugueses e as portuguesas para a ligeireza, contradição e inviabilidade financeira e prática dessas promessas. A re-

alidade, porém, é que a maioria relativa votou no PS, dando-lhe a sua confiança. Agora vai ser preciso cumprir!

Não faltaram, nos dias a seguir às eleições, sinais de ter sido desencadeada uma operação de esquecimento acelerado das promessas do PS e até de justificação de tal esquecimento mediante recurso à subtil distinção entre o discurso pré-eleitoral e a atitude de Estado posterior à vitória. Foi o próprio Sr. Primeiro-Ministro — honra lhe seja feita por isso — que veio repudiar o cinismo de tais atitudes e garantir que os compromissos eleitorais são mesmo para cumprir, coisa em que, pelos vistos, ao menos alguns dos seus apoiantes, pareciam já não acreditar.

#### *Risos do PSD.*

Como quer que seja, a verdade é que o Programa do Governo em apreciação contém o substancial das aludidas promessas do PS, embora muitas delas, e importantes, tenham desaparecido misteriosamente. Refiro, por lhes ser especialmente sensível, o pacto autonómico para o século XXI, o Fundo de Coesão para as ilhas, a implantação do projecto NAV 2 na Ilha de Santa Maria, a introdução de preços nacionais para livros, revistas e jornais, e não estou certamente a ser exaustivo, sequer, no capítulo referente às regiões autónomas.

O conteúdo do Programa significa que o Governo se considera habilitado a levar por diante a realização de inúmeros e dispersos compromissos, mesmo no quadro das limitações financeiras derivadas do compromisso estratégico fundamental, que é a integração europeia, na sua vertente de União Económica e Monetária, com a adesão de Portugal à moeda única em 1999.

O PSD está convencido de que a vitória do PS se deveu em boa parte à facilidade com que se prometeram mundos e fundos, como se tudo na vida fosse fácil e prazenteiro. Aliás, várias das medidas já anunciadas pelo Governo, entre a posse e a vinda ao Parlamento, estão nessa linha: suspensão das propinas, suspensão das portagens, suspensão das obras da barragem de Foz Côa... E tudo sem cuidar muito de saber quanto custa, quem paga, quando e como...

#### *Aplausos do PSD.*

Ora, uma vez que o PS prometeu e o Governo diz que vai cumprir, o papel da oposição será o de fiscalizar o pontual cumprimento das promessas. Seremos exigentes neste domínio sem perder o sentido das realidades, mas não podemos transferir para o nosso papel, como oposição, o sentido da responsabilidade que marcou o discurso pré-eleitoral do PSD.

Dissemos aos portugueses e às portuguesas que haveria sacrifícios necessários para chegar aos benefícios da nossa participação plena no grande projecto, económico-social, cultural e político, que é a União Europeia, com o qual o PSD tem estado, desde o início, convicta e reflectidamente, para defesa dos interesses de Portugal.

#### *Vozes do PSD: — Muito bem!*

**O Orador:** — O PS, pelo contrário, apontando para o mesmo objectivo, não hesitou — nem hesita o Governo — em propor-se resolver todos os grandes e pequenos problemas do País, como se tivesse a varinha de condão.

Não venham, pois, pedir-nos compreensão quando as dificuldades aparecerem, com toda a sua crueza, e começarem a impor adiamentos de calendários, cancelamento de projec-

tos, porventura, aumento de impostos... Se, no decorrer da legislatura, verificar que não pôde cumprir as promessas feitas pelo PS e mantidas agora no seu Programa, o Governo terá de vir ao Parlamento propor uma moção de confiança ou, então, o PSD avançará com uma moção de censura!

#### *Aplausos do PSD.*

**O Sr. Primeiro-Ministro** afirmou aqui que o Governo não porá agora a questão da confiança em conexão com o debate sobre o seu Programa, por reconhecer que, não dispondo de maioria parlamentar, seria provocatório fazê-lo. Assim se poupa também, forçoso é reconhecê-lo, a uma clarificação de apoios, pois é naturalíssimo prever que o PCP não deixaria de assegurar a viabilização do Governo.

Ficou, porém, expressamente ressalvada, na declaração do Sr. Primeiro-Ministro, que a questão da confiança seria posta em caso de crise política. Fica também desde já esclarecido que o PSD considera a verificação do não cumprimento das promessas eleitorais do PS, acolhidas no Programa do Governo, como motivo de crise política grave. O respeito pelos cidadãos eleitos assim o exige!

#### *Vozes do PSD: — Muito bem!*

**O Orador:** — Aliás, e pela mesma razão, se o Programa do Governo correspondesse, na prática, ao abandono ostensivo da generalidade das promessas do PS, o PSD teria sido obrigado a avançar com uma moção de rejeição.

O Sr. Primeiro-Ministro e o Governo que lidera, com o apoio do Partido Socialista, embrenharam-se na complicada tarefa de fazer mais coisas com menos dinheiro. A solução preconizada assenta na reorientação da despesa e em evitar o desperdício. Ora, a realidade é que os sectores que mais pesam no Orçamento são afinal aqueles que se reconhece ser preciso reforçar — a educação e a saúde. Muitos dos outros serviços estão — sabe-o quem tem experiência destas coisas — em verdadeira situação de penúria. A não ser que se opte por extinguí-los de vez e aplicar a ferro e fogo a «lei dos disponíveis», poupanço nos salários dos trabalhadores atingidos, ainda que à custa da subida dos indicadores do desemprego. Enfim, vemos os resultados!

Desde já deve recordar-se que a promessa de reduzir a máquina política e poupar nas despesas respectivas não foi cumprida quanto ao número de ministérios. As grandes economias foram remetidas para o nível dos Secretários de Estado e do staff dos membros do Governo. Consta que estes, não podendo designar assessores, estão já tratando de contratar serviços de assessoria... Espera-se que o façam mediante concurso público!

Em breve, decerto, será possível quantificar as anunciadas poupanças e apurar se o respectivo valor chega para financiar, sequer, os vários Altos Comissários cuja criação consta do Programa do Governo e que estão mesmo a pedir ao Executivo do Sr. Primeiro-Ministro um novo organismo à cúpula para assegurar a respectiva coordenação, a designar certamente por Altíssimo Comissariado!

#### *Risos do PSD.*

**O Sr. José Magalhães (PS): — Valha-nos o Altíssimo, sim senhor!**

**O Orador:** — Valha-nos o Altíssimo, Sr. Deputado! Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PSD recebeu também nas

eleições de 1 de Outubro um mandato democrático, que é o de ser o primeiro partido da oposição. Assumimos tal mandato garbosamente e com sentido de responsabilidade pois, em democracia, é tão importante ser Governo como ser oposição.

O PSD, que ao longo de quase 10 anos exerceu com brio e eficiência as funções da maioria e do governo, passa agora a desempenhar, com galhardia, as tarefas da oposição.

O Sr. Primeiro-Ministro, o Governo, o Partido Socialista, os outros partidos políticos, bem como os cidadãos portugueses em geral, podem estar seguros de que o PSD saberá ser oposição responsável, leal e patriótica. Somos um partido com forte vocação de poder. Nisto nos distinguimos dos outros partidos, nomeadamente do PS, onde predomina uma forte cultura de oposição. Passados agora, por vontade do povo português, acatada com humildade democrática, para fora da área do poder, faremos oposição segundo o nosso estilo próprio.

Não andaremos por aí a inventar artificialmente problemas, a agudizar conflitos, a explorar insatisfações, a dizer «sim» a tudo, por mais absurdas e contraditórias que sejam as questões apresentadas. Isso foi o que fez o PS, ao longo dos últimos anos, por mera sede do poder e os resultados estão à vista: enredado numa teia imensa de promessas eleitorais, amarrado a compromissos de rigor financeiro que não mostram sinais de vir a abrandar, antes pelo contrário — o Ministro das Finanças da Alemanha começou já a falar do limite de 1% do PIB para o défice público dos países que aderirem à moeda única... —, o Governo, ao mesmo tempo que lança mão de argumentos desculpabilizadores, como o recente, dos buracos financeiros, aliás, em pouco tempo desmontado, vai já adiando para mais tarde (1998, 1999...) os dias de vinho e rosas...

O risco de virmos a enfrentar um grande movimento social de descontentamento, invocando os cidadãos o seu direito à indignação, pode por isso não ser uma mera questão de retórica.

Nós, PSD, queremos, pelo contrário, ser sempre um partido de projecto, preparado, com alternativas claras e bem articuladas, para o funcionamento, no momento próprio, através de eleições, da alternância democrática.

Está-nos vedado renegar a nossa história, de que nos honramos, esquecer as nossas opções fundamentais, alterar as grandes linhas de rumo desde sempre defendidas para construir em Portugal uma sociedade mais justa e mais livre. Mas nada nos impede de reconhecer os erros cometidos, afinar as análises, corrigir o rumo, adoptar novas posições. Não estaremos por isso dispostos a jogar à defesa do passado, vamos estar ao ataque, a trabalhar no presente, olhando para o futuro!

#### *Aplausos do PSD.*

É isto, decerto, o que mais interessa ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Governo e ao próprio Partido Socialista, por coerência com os ideais democráticos que todos partilhamos. Mas e sobretudo ao povo português que tem de servir uma dialéctica exigente — maioria/oposição.

O estímulo de uma oposição sempre atenta e aguerrida é um dos segredos da eficácia do regime democrático. Sem prejuízo da sua capacidade e da sua responsabilidade de decidir — e deve enfatizar-se a responsabilidade de decidir a quem tão propenso se mostra ao diálogo e aos consensos... —, o Governo evitará enganar-se, ao sentir-se sob observação permanente da oposição, no quadro de uma sociedade de cidadãos livres servida por meios de comu-

nicação social livres também. E a subida de exigência do desempenho de governantes e de parlamentares corresponderá a um melhor serviço de nós todos a Portugal.

Do novo rumo estratégico, como principal partido da oposição associado a uma natural e discreta elegância na derrota, deriva a atitude do PSD neste primeiro debate parlamentar da VII Legislatura. Não exigindo a Constituição uma votação sobre o Programa do Governo, nem querendo o Governo associar a sua investidura à confiança expressa do Parlamento, entendemos não dever o PSD apresentar qualquer moção de rejeição do Programa em debate.

Respeitamos a vitória eleitoral do PS e reconhecemos o mandato popular conferido ao Sr. Primeiro-Ministro. Não achamos justificado, perante o Programa do Governo, vir agora, com formalismos parlamentares, dar a impressão de pôr obstáculos à arrancada do Governo para o exercício pleno dos seus poderes e o cumprimento das suas promessas.

#### **Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Não foi assim que o PS procedeu face às anteriores e bem expressivas vitórias eleitorais do PSD mas, enfim, todos temos de nos compreender e de conviver democrática e, até me atreveria a dizer, fraternalmente. Que fique, pois, para todos bem claro que o PSD não apoia, antes se opõe, ao Governo e ao seu Programa mas, no início da Legislatura e com os resultados das eleições tão frescos e inequívocos, a investidura parlamentar não passa, afinal, de uma formalidade confirmativa da vontade soberana do povo português.

**Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados:** O Governo apoiado pelo Partido Socialista está em condições de começar a governar, a missão que lhe incumbe é nacional. Patrioticamente deixo, ao Primeiro-Ministro António Guterres e a toda a equipa que, com ele, constitui o Governo legítimo do nosso país, bom trabalho e boa sorte, para bem de todos os portugueses e portuguesas, para bem de Portugal.

#### *Aplausos do PSD, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Quis o Sr. Deputado Mota Amaral, no início da sua intervenção, ter palavras amáveis para com o Presidente da Assembleia da República. Quero dizer-lhe que, cordial e justificadamente, e também com sinceridade, as retribuo.

Para uma intervenção, na qualidade de representante do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este debate em torno do Programa do Governo permitiu afirmar com tranquilidade, convicção e firmeza os propósitos com que o Partido Socialista se apresentou nas últimas eleições legislativas. Podemos mesmo dizer que, do debate aqui travado, se o programa, em sentido técnico, será o Programa do Governo, em sentido político, será seguramente o programa partilhado pela nova maioria. Por essa razão, a nova maioria assumiu no Parlamento uma atitude de diálogo, de debate e de contributo para o esclarecimento. Estou até de acordo com aquelas observações que registaram que, desta vez, com este partido no Governo, os Deputados do PS batiam menos palmas do que no passado. Na verdade, bateremos sempre palmas de acordo com as nossas convicções mas, sobretudo, levaremos até ao fim o debate dos problemas nacionais.

*Aplausos do PS.*

Na partilha desses problemas, queremos registar como seguramente nos orgulharemos de partilhar com o Governo os mesmos princípios orientadores; em primeiro lugar, a irreversível vocação europeia de Portugal na convicção de que o nosso País não pode apresentar-se como um Estado-fortaleza no contexto de uma Europa em mudança e de que ela própria não terá a vocação de uma Europa-fortaleza no contexto de um mundo que se globaliza cada vez mais. Assim, assumimos com firmeza a defesa dos interesses nacionais em todas as instâncias de decisão europeias sendo certo que, para além de olharmos para o nosso processo de integração europeia, queremos também olhar para o mundo, com particular atenção para África, para os países africanos de expressão portuguesa, para a América, para o Brasil.

*Aplausos do PS.*

Uma segunda linha de orientação é a de partilhar a prioridade à educação e à formação e a importância dada à ciência e à cultura, pois queremos que Portugal esteja habilitado pela formação dos portugueses para os desafios do futuro.

Um terceiro princípio orientador, o de assumir a necessidade da concertação estratégica a todos os níveis porque é da mobilização das energias nacionais, dos parceiros económicos, sociais e culturais que se alcançarão seguramente as condições da mudança.

Uma quarta linha de orientação para assumir a consciência que todos temos de que os processos de mudança implicam inevitavelmente necessidades de ajustamento, as quais não serão, como no passado, prioridades pagas pelos trabalhadores, pelos empresários e pelas empresas pois haverá uma atitude de rigor, cujo testemunho será dado, em primeiro lugar, pelo Estado e pela Administração Pública.

*Aplausos do PS.*

Uma quinta linha de orientação para sublinhar que se, de facto, todos concluímos que o antigo modelo de desenvolvimento assente numa lógica de mão-de-obra barata, única vantagem comparativa de Portugal, está manifestamente esgotado, o mesmo, que ficará arquivado, tem de ser necessariamente substituído. Para usar a expressão feliz do Sr. Primeiro-Ministro, queremos ajudar a construir um novo modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo, regionalmente equilibrado.

Em síntese, Srs. Deputados, queremos contribuir para uma sociedade aberta à inovação e à mudança, apta aos desafios da competitividade, uma sociedade fundada na qualificação pessoal e profissional dos portugueses e assente no valor insubstituível do trabalho, do emprego e no investimento produtivo, uma sociedade dirigida à realização da igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos, uma sociedade solidária com os mais necessitados e com os mais desprotegidos, uma sociedade que procure progressivamente alcançar as condições de paridade nas relações entre os homens e as mulheres, enfim, uma sociedade que seja essencialmente justa.

Mas temos consciência, Srs. Deputados, de que «Roma e Pavia não se fizeram num dia», o que justifica que nos apresentemos com sentido das responsabilidades. É que conhecemos os constrangimentos herdados da gestão anterior bem como os limites, designadamente os que decorrem do processo de integração europeia, e, naturalmen-

te, sabemos que, em matéria de recursos nacionais, as possibilidades não são ilimitadas.

Foi perante o sentido da responsabilidade do Governo e do PS que o PSD pretendeu ver alguma contradição nas garantias firmadas com os eleitores. Não, Srs. Deputados do PSD, o PS não se desdiz das suas garantias e compromissos eleitorais, o PS orgulha-se de assumir plenamente os seus compromissos eleitorais e propõe a realização de um Programa não apenas para ser concretizado amanhã mas para o quadro de uma Legislatura de quatro anos. Nesse sentido, é necessário que o PSD comprehenda que o PS não ganhou as eleições a troco de «cantos de sereia», de promessas mas porque, desde logo, os eleitores assumiram inequivocamente a rejeição do PSD quando decidiram não querer a continuidade de uma situação situacionista, de uma situação de rede clientelar, de uma situação manifestamente esgotada que não trazia qualquer nova mobilização das energias nacionais.

O PSD perdeu também quando, tendo prometido aos portugueses mais sociedade e menos Estado, acabou por contribuir para o agravamento de 10 pontos percentuais na despesa pública em face do PIB e, em contrapartida, deixou gerar o agravamento do endividamento das famílias portuguesas, que, de 1990 a 1994, passou de 13 para 20%. São estas as realidades sociais que fizeram com que o PSD perdesse as eleições.

O PSD perdeu porque, tendo prometido a Portugal que mais depressa apanharia o pelotão da frente, teve de dar como balanço uma situação de maior fosso entre Portugal e os países mais desenvolvidos da Comunidade.

**O Sr. Manuel Moreira (PSD): Não é verdade!**

O PSD perdeu porque, tendo garantido a modernização do sistema produtivo, acabou — e de que maneira — por amordaçar a economia real e promover o desemprego na sociedade portuguesa.

O PSD perdeu porque, tendo disposto dos milhões de contos dos fundos comunitários, entregou um país mais agravado nas assimetrias de desenvolvimento regional.

O PSD perdeu porque, tendo gerado uma sociedade de contradições em que a nova riqueza contrasta chocantemente com a nova pobreza, acabou por fomentar os factores da insegurança, da droga, da delinquência e da nova pobreza. Foi por estas razões que o PSD perdeu, não por causa dos «cantos de sereia» eleitorais da parte do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

O PS, Srs. Deputados, apresentou-se positivamente aos eleitores e, no apoio que lhes pediu e alcançou, falou num projecto aberto, participado e dialogado com a sociedade civil. No quadro dos Estados Gerais para a formação da Nova Maioria, o PS empenhou todos aqueles genuinamente apostados num processo de mudança. Por essa razão, não nos apresentámos aos eleitores na base de promessas fáceis mas em nome de causas partilhadas pela convicção de muitos e de um novo humanismo que combata, designadamente, o estilo da arrogância e do tecnicratismo a cujos últimos afloramentos ainda ontem pudemos assistir nesta Sala; apresentámo-nos em nome da causa de uma nova cultura de diálogo e de participação que valorize o papel e o estatuto das oposições e que permita, como já foi assumido, que, na nova relação entre o Governo e a Assembleia da República, em matérias fundamentais, como

desde logo se provou no caso da construção europeia, o Governo assuma aqui plenamente esse diálogo e essas responsabilidades.

Trata-se, pois, de uma nova cultura de responsabilidade para que, em cada momento, no Governo, na bancada da maioria, desejavemente nas próprias oposições, possamos assumir todos em pleno o sentido do mandato que nos legitimou; enfim, será uma nova cultura democrática, não apenas no estilo — o que já é importante —, na atitude dessacralizada dos novos titulares do poder político mas sobretudo numa nova consciência democrática que assuma claramente a necessidade de uma profunda reforma e modernização do sistema político português.

Empenhar-nos-emos em garantir uma maior participação dos cidadãos na vida pública, conferindo-lhes novos instrumentos de iniciativa legislativa e, por isso mesmo, de alargamento do próprio âmbito de aplicação do referendo, designadamente, na criação de condições mais eficazes para o exercício de direitos fundamentais em face da Administração Pública, sobretudo, pela reforma do sistema eleitoral, a qual permita, finalmente, aproximar de forma genuína os eleitos dos eleitores. Não têm razão outros ao presumir que foram os primeiros a apresentar soluções de alteração às leis eleitorais pois, quando o fizeram, outra coisa não pretendiam do que alcançar na secretaria as vitórias que — suspeitavam — os eleitores não lhes dariam no futuro.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Não é esta a reforma eleitoral que queremos mas, sim, a da personalização dos mandatos e a da garantia de que, dessa forma, os Deputados eleitos assegurão melhor, perante os eleitores, a plenitude das suas funções

Por outro lado, queremos assumir o fim do monopólio partidário, permitir a iniciativa de candidaturas independentes e, igualmente, desgovernamentalizar de vez o serviço público de televisão e de rádio; queremos criar condições, particularmente às oposições, para que tenham condições efectivas de participar em todos os processos de decisão com relevo parlamentar. Por isso, assumiremos, sempre, a defesa da garantia do princípio da separação dos poderes e, ao mesmo tempo, a noção de que os poderes que se separam também cooperam entre si e que, desse modo, o princípio da solidariedade no funcionamento das instituições deve ser, igualmente, preservado e defendido.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, estamos conscientes de que se a democracia é o factor que legitima, pela vontade popular, o Governo das maiorias, ela significa também um sistema que garante os direitos das minorias. Nesse sentido, não teremos a presunção de ter sempre a verdade e a razão do nosso lado. Assumiremos que não há visões «unicitárias» do interesse nacional e estaremos sempre disponíveis para debater e confrontar os nossos pontos de vista com todos os demais relevantes.

Por isso, no momento em que o Governo inicia, em plenitude, todas as suas funções e em que esta Legislatura vai dar os seus primeiros passos, a todos quero desejar a plenitude do mandato: ao Governo, para o cumprimento do Programa; aos Deputados da maioria, para que no exercício da função legislativa e de fiscalização assumam o seu contributo à realização dos objectivos eleitorais propostos,

mas também aos Srs. Deputados da oposição, para que possam assumir os seus pontos de vista e realizar, plenamente, a afirmação das respectivas posições.

Estamos conscientes de que ao caminharmos para o final deste século não podemos voltar a perder a oportunidade. Faço, pois, um voto para que todos partilhemos isso e, no futuro, possamos dizer que esta foi uma geração que venceu em nome e para bem de Portugal.

*Aplausos do PS, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Para encerrar o debate sobre o Programa do Governo, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro (António Guterres):** — Sr. Presidente, Sr. <sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. <sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo: Saio deste debate profundamente revigorado para trabalhar, dando o melhor do meu esforço para, convosco, ajudar a vencer as dificuldades que o País atravessa. Revigorado pela capacidade que tivemos, todos juntos, independentemente das nossas opções políticas, para discutir com profundidade e empenhamento os grandes problemas nacionais e as estratégias e medidas necessárias para os enfrentar. Este foi um debate que prestigiou o Parlamento e onde todos, Governo e oposição, ficaram a ganhar.

Durante estes três dias tive ocasião de ouvir inúmeras críticas e sugestões. Quero assegurar-vos que todas elas serão ponderadas pelo Governo com a maior atenção e o maior interesse, quer as do PP, quer as do PCP, quer as dos «dois grupos parlamentares» do PSD, o moderado e o radical....

*Risos do PS.*

... quer as dos próprios Deputados do PS, cujo apoio e solidariedade agradeço.

*Aplausos do PS.*

O Grupo Parlamentar do PSD radical — ainda com saudades do passado, o que é compreensível —, não tendo proposto nada de novo, tentou demonstrar, em meu entender sem o conseguir, que o Programa do Governo não assume os compromissos eleitorais do PS. Compreendo o vosso mal-estar face ao que foi o evidente não cumprimento das promessas eleitorais de 1991, mas não quero abrir uma polémica sobre o passado. Sobre isso, os portugueses já se pronunciaram.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — A verdade é que, como é do conhecimento público, com menos de duas semanas de acção governativa, já preparamos, porque não estávamo em plenitude de poderes, o cumprimento de várias das nossas propostas eleitorais; a verdade é que o Programa do Governo assume os compromissos do programa eleitoral do PS.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Mesmo a distinção entre o maior rigor relativo de 1996 e 1997, face a 1998 e 1999, foi, por mim, várias vezes expressa na campanha e está inscrita no próprio programa eleitoral.

**Vozes do PS:** — É verdade!

**O Orador:** — Bem fez o Grupo Parlamentar do PSD moderado em não ter seguido a ala radical.

*Risos do PS.*

Não me compete dar conselhos a ninguém. Mas estou convencido que, aliás em outras circunstâncias políticas e, por isso, sendo menos relevantes as responsabilidades, se eu próprio tivesse sucumbido à tentação de conduzir o PS numa linha de oposição menos responsável e construtiva, dificilmente os portugueses me teriam dado a oportunidade de estar hoje aqui.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Sr. <sup>as</sup> e Srs. Deputados: Durante o debate, algumas vezes se colocou a questão da transição entre dois governos após eleições. Não quero abordar os seus aspectos polémicos, mas gostaria de manifestar o desejo de que a Constituição e a Lei Eleitoral para a Assembleia da República possam ser revistas, para que, em condições normais, as próximas eleições decorram em Junho e não em Outubro.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sempre tive essa opinião, e não é pelo facto de tal vir a encurtar, hipoteticamente, o mandato deste Governo que deixo de insistir nesta necessidade.

*Aplausos do PS.*

Uma Assembleia eleita em Junho dará ao Governo que dela sair a possibilidade de preparar o Orçamento do Estado em tempo normal ou, pelo menos, próximo do normal, beneficiando ainda de um período mais sereno, o Verão, para facilitar o processo de transição.

As convicções não se podem moldar às conveniências dos homens. Têm de ser as conveniências dos homens a moldar-se às suas convicções.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. <sup>as</sup> e Srs. Deputados: De entre todos os temas abordados, houve um que se destacou, quer pelo número de intervenções que se lhe dirigiram, quer pela profundidade das análises que mereceu. Entendo, por isso, dever abordá-lo. E permito-me fazê-lo, formulando a seguinte alternativa: deve Portugal prosseguir os seus esforços para estar em condições de aderir à moeda única europeia em 1999 ou, pelo contrário, deve Portugal abandonar essa perspectiva e seguir outro caminho.

É firme convicção do Governo que a primeira destas posições é a que melhor serve o interesse nacional. Percorremos já uma parte importante daquele caminho, com inúmeros sacrifícios do sector produtivo, das empresas e do emprego. Nada que façamos agora permitiria anular esses sacrifícios e seria uma ironia do destino termos pago um preço tão elevado e não virmos a obter os benefícios correspondentes.

Esses benefícios serão significativos. Estando Portugal já inserido no Sistema Monetário Europeu, a economia portuguesa sofre quase todos os constrangimentos que correspondem à moeda única, mas não extrai ainda a sua principal vantagem: a vantagem que decorrerá, para a situação das empresas, para o investimento e para o emprego, de virmos a ter um custo do crédito idêntico ao dos países de economia mais forte, sem pagar qualquer prémio e sem risco cambial. Isto, para além do benefício da redução dos custos operacionais, bem como da credibilidade que esse

novo espaço nos dará na atracção dos investimentos exteriores e na defesa contra os movimentos especulativos de capitais a que as economias mais pequenas são sempre vulneráveis.

Pessoalmente, simpatizaria muito com as propostas de verdadeiro federalismo fiscal que ouvi, no debate, a um Sr. Deputado do PP, a propósito da moeda única. Mas estará o PP disposto a apoiar o federalismo político, sem o qual nunca existiu no mundo qualquer federalismo fiscal? Não creio.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. <sup>as</sup> e Srs. Deputados: O esforço de ajustamento que falta realizar compete agora, essencialmente, ao Estado e tem a ver, sobretudo, com a redução do défice orçamental, no quadro de uma política de estabilidade cambial.

Não é objectivo que sirva a popularidade fácil de qualquer Governo. Mas teremos todos de reconhecer que também há vantagens em que o Estado possa reduzir a punção que faz sobre os recursos da economia, libertando mais meios para a sociedade e para o investimento empresarial gerador de emprego. A redução do défice público cria também um clima estabilizador dos mercados que é favorável à diminuição dos encargos das empresas com o seu financiamento.

Critiquei no momento próprio, na viragem da década de 80 para 90, uma política de valorização excessiva do escudo — política irrealista, que os mercados vieram, aliás, a contrariar, obrigando a duas desvalorizações. Não se trata agora de cometer o mesmo erro mas, tão só, de prosseguir a estabilidade cambial. Abandoná-la, a favor de uma política de desvalorização competitiva do escudo, só poderia ter uma de duas consequências. A mais provável seria uma redução significativa do poder de compra dos salários, uma vez que a desvalorização obrigaría os trabalhadores portugueses a comprar um volume muito relevante de produtos mais caros, porque é importado muito daquilo que compramos na vida quotidiana.

Em alternativa, se a capacidade reivindicativa do movimento sindical conseguisse repor rapidamente o poder de compra, cairfamos num círculo vicioso de constantes subidas de preços e desvalorizações, afectando os mais desfavorecidos e aqueles que têm menos capacidade reivindicativa, a começar pelas pessoas idosas: os reformados e pensionistas. Não posso acreditar que o PCP continue a querer empurrar os trabalhadores portugueses para esse dilema que seria trágico para as suas condições de vida.

*Vozes do PS: — Muito bem!*

O Orador: — Por isso, prosseguiremos uma política de rigor, mas com duas preocupações fundamentais: uma vontade firme de combater o desperdício onde ele exista e uma grande preocupação, por razões de natureza humana e social, a favor daqueles que mais podem ser atingidos ou que mais fragilizados estão pelas consequências da modernização do País.

Há uma política de rigor económico com consciência social e há uma política de rigor económico sem consciência social. O Governo opta declaradamente pela primeira.

*Aplausos do PS.*

Para demonstrá-lo, quero comunicar-vos hoje as decisões que o Governo vai tomar em matéria de aumentos das

pensões de reforma, na sequência imediata da sua entrada em plenitude de funções.

As pensões são um direito das pessoas idosas, não uma benesse oferecida pelos governos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Governo não dá nada!

*Aplausos do PS.*

É mesmo desejável que, no futuro, os parceiros sociais participem na determinação do seu valor anual. Só que, infelizmente, para que os aumentos se venham a processar em 1 de Dezembro, como acontece todos os anos, houve que agir de imediato, após uma rápida auscultação feita pelo Ministro da Solidariedade e da Segurança Social junto das centrais sindicais.

Os direitos das pessoas idosas têm que sobrepor-se às questões de método. E a preferência deste Governo pelo diálogo não o impede de assumir a responsabilidade das decisões a tempo, sobretudo quando isso resulta de um imperativo de consciência e de justiça.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ao contrário daquilo que se diz, a segurança social não está falida. Mas são graves os seus problemas financeiros e é, sobretudo, perigoso não preparar um novo caminho, quando olhamos para o horizonte da próxima década.

O que hoje vou anunciar não invalida, portanto, a necessidade de uma reforma da segurança social, profundamente debatida no Parlamento e na sociedade; reforma que deve preferencialmente assumir os contornos de um verdadeiro acordo de regime.

Para servir de base a esse debate, entendo que o Governo e a Assembleia se devem pôr de acordo para a criação de um comité independente de peritos, que elabore um livro branco sobre o verdadeiro estado da segurança social e as diversas opções que se põem no quadro da sua reforma.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Entretanto, e porque o mundo não pára, posso anunciar-vos um esquema de aumentos, com entrada em vigor a partir de 1 de Dezembro, e cujo financiamento deverá obedecer, no próximo ano, às normas da Lei de Bases da Segurança Social, esquema que, como verão, é profundamente inovador em matéria de justiça relativa.

Primeiro: a pensão social passará de 17 500\$ para 20 000\$, o que corresponde a um aumento de 14,3%.

*Aplausos do PS.*

Este era e é o regime mais degradado da nossa segurança social. Por isso, entendemos dar-lhe toda a prioridade e o aumento máximo possível, com a consciência de que mesmo assim estamos muito longe do que exigiria a dignidade humana, mas demonstrando bem que o combate à pobreza não é uma palavra vã nas nossas intenções.

*Aplausos do PS.*

Segundo: o regime dos trabalhadores rurais passará de 19 600\$ para 21 000\$ por mês, o que significa um aumento de 7,1% .

Terceiro: a pensão mínima do regime geral passará de 27 600\$ para 29 000\$, numa subida de 5,1%.

Quarto: as pensões, desde o nível mínimo até 125 contos por mês, terão um acréscimo de 4,5%.

Quinto: as pensões entre 125 e 250 contos crescerão 4%.

Sexto: as pensões acima de 250 contos terão um aumento único de 10 000\$.

É uma política de rigor. Como gostaria que os aumentos pudessem ser maiores. Mas a difícil situação financeira do Estado e da segurança social não permite ir mais longe.

*Aplausos do PS, de pé.*

Em todo o caso, é uma política de rigor com sentido de justiça e com consciência social. Pela primeira vez, deixará de poder dizer-se: «Dá-me o teu aumento que eu dou-te a minha reforma». Pela primeira vez, em Portugal, o aumento máximo é apenas metade da pensão mínima.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Com esta medida desaparece também um mito. Um mito que muitos tentaram espalhar de boca em boca, de norte a sul do País, por vezes em público: o mito de que, se o PS ganhasse as eleições, acabariam as pensões de reforma.

*Aplausos do PS, de pé.*

Afinal, o PS ganhou as eleições e as reformas não acabaram. Têm uma actualização limitada — é verdade! —, mas será a mais justa dos últimos anos.

Dito isto, gostaria de fazer uma precisão para esclarecer de uma assentada muitas das dúvidas que perpassaram neste debate. O rigor não é «» política económica e social do Governo. O rigor é apenas a atitude no quadro da qual o Governo afirma e desenvolverá uma nova política de desenvolvimento e justiça social para o País.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — O papel que, fundamentalmente, cabe ao Governo, numa sociedade moderna, é definir regras de jogo e propor uma estratégia, um rumo, uma visão coerente e global sobre o futuro, que só a sociedade no seu todo pode prosseguir.

Regras de jogo quanto ao funcionamento do sistema político, do Estado e da Administração, regras de jogo na criação de um novo contrato entre o Estado e o mercado.

Um Estado que regulamente menos, mas que regule melhor, que não envolva as empresas, a iniciativa e o investimento numa teia burocrática difícil de superar, mas que garanta o cumprimento da legalidade, mesmo em aspectos elementares, onde não o tem conseguido, como, por exemplo, a erradicação do trabalho infantil.

**O Sr. Jorge Lacão (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Um Estado que se abstinha da influência perversa na vida económica, que rejeite a manipulação do subsídio e a atitude paternalista face a agentes económicos que devem, também eles, saber rejeitar relações de dependência ou clientelismo.

Cabe ao mercado promover o essencial da afectação dos recursos. Cabe ao Estado intervir quando o mercado é socialmente injusto e o Estado pode fazer melhor e com benefícios sociais que superem os custos da sua acção,

melhorando a oferta dos bens públicos e semipúblicos, promovendo a solidariedade e a coesão, favorecendo a mais justa redistribuição do rendimento, lançando políticas activas de emprego ou assumindo as suas responsabilidades na valorização do ambiente, no ordenamento do território, na política das cidades e na habitação social.

Um Estado que tem nas privatizações um instrumento de política económica, um instrumento que deve utilizar não apenas para obter recursos mas também para fortalecer o nosso tecido empresarial, para lhe dar condições para competir internacionalmente e garantir a preservação, em mãos portuguesas, de centros de decisão vitais para o futuro.

**O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Se, por isso, em certas circunstâncias, for particularmente importante privatizar uma empresa, vendendo-a a um determinado grupo português, por razões de interesse nacional, então, assumiremos essa opção com clareza.

*Aplausos do PS.*

Faça-se essa venda directa, de forma transparente, com avaliação do respectivo valor por entidades insuspeitas, e não se promovam falsos concursos, armadilhados à partida e em que tudo é manipulado para conseguir obter uma finalidade pré-determinada....

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — ... porque isso retira qualquer credibilidade ao cumprimento das leis que regem a economia e às entidades reguladoras que devem fiscalizar os mercados.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Regras de jogo claras, mas também a proposta de uma estratégia e de um rumo. De uma proposta de modernização com solidariedade e com o aproveitamento das capacidades e dos saberes tradicionais, em nome do valor da coesão nacional. Independentemente do facto de as injustiças serem eticamente inaceitáveis, nenhuma sociedade é globalmente competitiva, no mundo moderno, se deixar ficar para trás, abandonado à sua sorte, o chamado terço da população que é considerado normalmente mais pobre, pelas inevitáveis roturas que tal produz.

Visão estratégica para o desenvolvimento, mas também um novo rumo para a afirmação de Portugal no exterior, com uma parceria mais exigente na Europa e, sobretudo, assumindo que se está na Europa olhando para o Mundo, ao serviço de uma estratégia nacional, e não dela totalmente dependente e «amarrado» a estratégias alheias.

Mal tomou posse, o Governo viu-se confrontado com um conjunto de questões urgentes de natureza internacional, todas elas exigindo uma resposta rápida e difícil. Em certos casos, questões recentes; noutras, velhos problemas que foram apodrecendo com o tempo, mas cuja resolução não é possível adiar mais.

A este respeito, gostaria de deixar perante a Câmara três notas muito claras sobre a forma como iremos conduzir a política externa.

Sabemos que somos um país relativamente pequeno, relativamente pobre e que se não pode dar ao luxo de ambições desmedidas em matéria de influência no Mundo, mas não andaremos de chapéu na mão, como se tivéssemos de pedir desculpa pelo facto de sermos portugueses.

*Aplausos do PS.*

Em todas as negociações em que Portugal participe, o Governo defenderá com firmeza e transparência a sua visão do interesse nacional. Algumas vezes ganharemos, outras, necessariamente, perderemos — não temos ilusões! —, mas nunca abdicaremos de sermos quem somos e de dizermos o que pensamos, como herdeiros de uma história de oito séculos e meio, à qual devemos fidelidade.

*Aplausos do PS.*

A segunda nota corresponde à afirmação do projecto europeu como um ideal e não como um expediente de conveniência. Somos por uma Europa politicamente mais unida, economicamente mais forte, globalmente mais solidária. Achamos que isso é bom para a Europa, mas também é bom para Portugal.

Mas a Europa que queremos é a Europa que, sem esconder a sua profunda identidade de civilização, se reconhece na diversidade das suas culturas, é a Europa na qual Portugal se afirma e não a Europa na qual Portugal se dissolve.

**O Sr. Rui Vieira (PS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Saibamos ser portugueses na Europa e europeus em Portugal. Recusemos ser «europeses».

*Aplausos do PS.*

A terceira nota é a de que só com uma diplomacia de valores e de princípios um país como o nosso se poderá fazer respeitar.

**Vozes do PS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Ora, os valores e os princípios obrigam à solidariedade quando esta é necessária. Da Bósnia a Moçambique, da África do Sul a Timor Leste.

Quando se aproxima o aniversário do brutal massacre de Santa Cruz, importa sublinhar com veemência essa parte do destino de Portugal que está por cumprir: a de permitir que o povo de Timor Leste veja respeitados não só os direitos humanos mas também o direito à autodeterminação.

*Aplausos do PS.*

Cumprir este objectivo tem sido e continua a ser um ponto de união entre todos nós e, por isso, gostosamente manifestei ao Sr. Presidente da Assembleia da República a disponibilidade do Governo para, com o Parlamento, evocar uma vez mais essa data, em nome do direito das vítimas de Santa Cruz à memória — um direito que se afirma contra o esquecimento e a hipocrisia, infelizmente presentes numa comunidade internacional onde a política dos interesses se tende a sobrepor à defesa dos princípios.

**Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados:** No final deste debate, não havendo rejeição, teremos criadas as condições para que o Governo que coordene inicie o exercício pleno das suas funções. Compete-nos trabalhar, dar o melhor de nós próprios e do nosso esforço para sermos dignos da confiança dos eleitores que este Parlamento, todo este Parlamento, representa.

**Por Portugal. Pelas portuguesas e portugueses.**

*Aplausos do PS, de pé.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, não tendo dado entrada na Mesa qualquer moção de rejeição e não havendo lugar a qualquer outra votação, considero finda a apreciação do Programa do Governo, que vê, assim, completado o processo da sua dupla investidura: já havia sido investido pelo Presidente da República, acaba de ser investido pela Assembleia da República.

Quero felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo e garantir-lhe, uma vez mais, que pode contar com a cooperação institucional desta Assembleia mas também com a sua exigência e o seu rigor.

A próxima reunião plenária terá lugar na quarta-feira, às 12 horas, foi mencionada pelo Sr. Primeiro-Ministro na parte final da sua intervenção, e será uma sessão solene evocativa de mais um aniversário do massacre de Santa Cruz em Dfli. Todos os grupos parlamentares disporão de 10 minutos para as suas intervenções e igual tempo será usado pelo Sr. Primeiro-Ministro e pelo próprio Presidente da Assembleia da República.

Peço-lhes desculpa pela insistência, uma vez mais, para que sejam pontuais, mas também teremos de votar uma resolução no sentido da constituição de uma comissão eventual para o acompanhamento dos assuntos de Timor e um voto de protesto que já foi dado a conhecer aos representantes dos grupos parlamentares.

Está encerrada a sessão.

*Eram 13 horas e 5 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

**Adérito Joaquim Ferro Pires.**  
**António Fernando Marques Ribeiro Reis.**  
**António José Guimaraes Fernandes Dias.**  
**Domingos Fernandes Cordeiro.**

**José Carlos Lourenço Tavares Pereira.**

**José Manuel Niza Antunes Mendes.**

**Luis Pedro de Carvalho Martins.**

**Manuel Alegre de Melo Duarte.**

**Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.**

**Sergio Carlos Branco Barros e Silva.**

**Sergio Humberto Rocha de Avila.**

**Partido Social-Democrata (PSD):**

**António Paulo Martins Pereira Coelho.**

**Francisco Antunes da Silva.**

**João Alvaro Poças Santos.**

**José de Almeida Cesario.**

**Manuel Maria Moreira.**

**Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.**

**Pedro Augusto Cunha Pinto.**

**Partido Ecologista Os Verdes (PEV):**

**Heloisa Augusta Baiao de Brito Apolónia.**

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social-Democrata (PSD):**

**Carlos Alberto Pinto.**

**Jaime Adalberto Simões Ramos.**

**José Guilherme Reis Leite.**

**José Manuel Nunes Liberato.**

**Luis Carlos David Nobre.**

**Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.**

**Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):**

**Luís José de Mello e Castro Guedes.**

**A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.**



*Depósito legal n.º 8818/85*

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.**

1 — Preço de página para venda avulso, 7\$50 + IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 189\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)**